

LUCIANA CHARÃO DE OLIVEIRA

TUTORIA, PRÁTICA DOCENTE E CONDIÇÕES DE TRABALHO: UM OLHAR SOBRE
A ATIVIDADE DO TUTOR NO CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

UBERLÂNDIA

2014

LUCIANA CHARÃO DE OLIVEIRA

TUTORIA, PRÁTICA DOCENTE E CONDIÇÕES DE TRABALHO: UM OLHAR SOBRE
A ATIVIDADE DO TUTOR NO CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em Educação da Universidade
Federal de Uberlândia, como exigência parcial
à obtenção do Título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Trabalho, Sociedade e
Educação

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Cristina
Omena dos Santos.

UBERLÂNDIA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- O48t
2014 Oliveira, Luciana Charão de, 1970-
Tutoria, prática docente e condições de trabalho: um olhar sobre a
atividade do tutor no curso de pedagogia a distância da Universidade
federal de Uberlândia / Luciana Charão de Oliveira. -- 2014.
95 f. : il.
- Orientadora: Adriana Cristina Omena dos Santos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Educação.
Inclui bibliografia.
1. Educação - Teses. 2. Ensino a distância -- Teses. 3. Preceptores --
Teses. I. Santos, Adriana Cristina Omena dos. II. Universidade Federal de
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.
-
- CDU: 37

TUTORIA, PRÁTICA DOCENTE E CONDIÇÕES DE TRABALHO: UM OLHAR SOBRE
A ATIVIDADE DO TUTOR NO CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Dissertação aprovada para a obtenção do título
de Mestre no Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Federal de
Uberlândia, pela banca examinadora formada
por:

Uberlândia, 21 de fevereiro de 2014

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Dra. Adriana Cristina Omena dos Santos
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Prof.ª. Dra. Polyana Imolesi Silveira de França
Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC



Prof.ª. Dra. Diva Souza Silva
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Dedico este trabalho à minha querida avó
Francisca, que foi uma grande mulher, que me
ensinou muito e deixou saudades.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são muitos e necessários. São recheados de carinho e sinceros.

Em primeiro lugar agradeço a meu marido – Sandro, por me incentivar, acreditar no meu potencial e me dar condições de sempre avançar em meus estudos. Obrigada, AMOR!

Agradeço à minha orientadora Adriana que desde o primeiro momento respeitou minhas ideias e ideais. Conjugou o verbo orientar na sua forma mais ampla: saber ouvir, saber intervir, consolar, dividir angústias e alegrias e, ensinar. Teve a paciência e a sabedoria em entender minhas ansiedades e dúvidas. E, com uma disposição invejável, sempre auxiliou na busca das soluções para aqueles obstáculos que eu julguei mais difíceis. Obrigada, grande professora, grande mulher!

Minha amiga-irmã – Mara: procuro as palavras para agradecê-la e não as encontro. Suas ações, gestos e palavras foram cruciais para que eu sempre levantasse a cabeça nos momentos de dificuldade, nos momentos em que eu sentava à frente do computador e nenhuma palavra conseguia escrever, nos momentos em que cheguei a pensar que não concluiria esta etapa. Obrigada AMIGA!

Agradeço à minha amiga Cicci, companheira de caminhada neste mestrado, nas publicações, nos eventos, nas conversas sempre alegres e otimistas.

Agradeço à Marisa, pela grande ajuda, mobilizando participantes para esta pesquisa. Você é um ser humano muito especial!

Obrigada aos professores da Faculdade de Educação que compuseram as bancas de qualificação e defesa. Obrigada ao Prof. Daniel Mill, pelos estudos que enriqueceram minha escrita.

Obrigada a todos aqueles que contribuíram para que eu entendesse o que é a tutoria, esse belo exercício de ‘entrega’ de um pouquinho de si, para ajudar o outro a aprender. Obrigada a todas as tutoras que se dispuseram a participar desta pesquisa. Seus nomes foram preservados na escrita, mas estão guardados na minha memória em eterna gratidão.

À minha família: esposo, filhas, pais, sobrinhas, madrinhas, tias, enfim, obrigada por entender minha falta de tempo no convívio diário – a ausência de telefonemas demorados, a ‘sempre pressa’ para fazer alguma coisa, a ausência física. Enfim, agradeço a todos que acompanharam minha caminhada, minha busca, minha conquista.

“Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara”.

José Saramago

OLIVEIRA, Luciana C. **Tutoria, prática docente e condições de trabalho: um olhar sobre a atividade do tutor no Curso de Pedagogia a Distância da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia, 2014, 95 f. Dissertação de Mestrado (Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia.

RESUMO

A modalidade Educação a Distância (EaD) tem crescido substancialmente nos últimos anos e, em consequência desse crescimento, há a multiplicação do número de pessoas que exerce a tutoria nos vários cantos do país. Na Educação a Distância o trabalho docente é compartilhado entre vários atores e, uma nova figura surge neste contexto – o tutor cuja atividade desempenhada constitui nosso objeto de estudo. A dissertação aqui descrita parte do pressuposto de que a estruturação do modelo de Educação a Distância estabelecido pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) não permite que se estabeleça nenhuma espécie de vínculo empregatício entre os envolvidos na EaD e a instituição na qual atuam. A partir desse pressuposto, podemos dizer que tais trabalhadores carecem de condições adequadas para sua atuação e, por conseguinte, tal fato acaba por levar à precarização do trabalho nesta modalidade. Entendemos, pois, que a tutoria se configura como uma atividade que está inserida no contexto das relações entre educação e trabalho, relações essas em que o trabalho é organizado segundo uma lógica capitalista que traz consigo várias contradições, seja pelas condições de trabalho ou pela remuneração deste, dentre outras. A ausência de reconhecimento da tutoria enquanto atividade que abarca atribuições de caráter docente foi, portanto, uma das principais inquietações que motivaram a presente pesquisa. O estudo apresenta uma análise que abrange o período compreendido entre os anos de 1990 a 2013, sendo este último ano o período em que se realizou a coleta de dados. Nessa dissertação utilizamos o método de pesquisa qualitativa, realizando a coleta de informações em livros, meio digital e ainda utilizando como instrumentos, o questionário e a entrevista ambos enviados por e-mail. A aplicação dos instrumentos de coleta de dados – questionário e entrevista contemplou todo o corpo tutores do curso de Pedagogia a Distância da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Após o levantamento dos dados da pesquisa e análise dos mesmos pudemos constatar que os tutores reconhecem que a atividade de tutoria é exercida sob condições de trabalho que podem levar à precarização e, ainda, entendem que a atividade de tutoria se configura como prática docente. Ainda que a atividade de tutoria possua características inerentes à docência, os tutores não estão enquadrados em nenhuma categoria profissional. Tal atividade encontra-se ‘desamparada’ em termos legais e, em consequência disso o tutor se configura como um sujeito ‘sem lugar’ e sem o reconhecimento adequado na Educação a Distância, ainda que vários estudiosos afirmem que a atividade de tutoria seja de fundamental importância para a consolidação da referida modalidade. Apontamos para a necessidade em regulamentar a atividade da tutoria, pois, é preciso que o tutor seja reconhecido como professor tutor, permitindo assim, a construção de uma representação perante a sociedade e, conseqüentemente, a construção de uma identidade.

Palavras-chave: Educação a Distância. Tutoria. Precarização. Condições de trabalho. Prática docente.

OLIVEIRA, Luciana C. **Tutoring, teaching practice and working conditions: a look at the activity of the tutor in the Distance Education Course at the Federal University of Uberlândia.** Uberlândia, 2014, 95 f. Master Thesis (Education). Graduate Program in Education. Federal University of Uberlândia.

ABSTRACT

At a Distance Education has grown substantially in recent years and, as a result there is a spreading of people working on tutoring all over the country. At a Distance Education is also shared by several actors and a new figure emerges in this context – the tutor whose task is our object of study. This work assumes that the structure of the at a Distance Education model established by the *Universidade Aberta do Brasil* does not allow any kind of employment relationship between those involved in at a Distance Education and the institution in which they work. From this assumption, we can say that such workers lack adequate work conditions and this fact ultimately lead to precarious work. We believe that tutoring is configured as an activity that fits into the context of the relationship between education and work. Within these relations work is organized according to a capitalist logic with several contradictions, which include working conditions, payment, among others. Recognizing tutoring as an activity that includes teaching assignments was therefore one of the main concerns that motivated this research. The study presents an analysis of the years 1990 to 2013, being this last one the period in which data collection was done. We have used the qualitative research method, performing the collection of information from books, digital media, and using as instruments questionnaires and semi-structured interviews sent by email. The application of instruments for data collection – questionnaire and interview was conducted with whole body of tutors in the course of Pedagogy at a Distance of the Federal University at Uberlândia. After data collection and their analysis we found that tutors recognize that their task is performed under working conditions that can lead to insecurity, and also understand that tutoring is teaching. Although tutoring has characteristics inherent to teaching, tutors are not included in any professional category. Such activity is 'helpless' in legal terms and thus the tutor is configured as a subject 'without a place' and without adequate recognition in at a Distance Education, although several scholars claim that tutoring is very important for the consolidation of that modality. We then point out to the need to regulate tutoring, once it is necessary that the tutor is recognized as teacher-tutor, thus allowing the construction of a representation in society and hence the construction of an identity.

Keywords: At a distance education. Tutoring. Insecurity. Working conditions. Teaching.

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - Nível de Escolaridade dos Entrevistados	50 -51
--	--------

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Perfil dos Tutores por idade	50
Gráfico 2 - Tutores exercem outras atividades remuneradas	51
Gráfico 3 - Tempo destinado à atividade de tutoria	52
Gráfico 4 - Suporte dado à tutoria	53
Gráfico 5 - Atividade de Tutoria e a docência segundo a visão do tutor.....	53
Figura 1 - Modelo de Funcionamento da Universidade Aberta do Brasil (UAB).....	28
Figura 2 - Organograma do Curso de Pedagogia a Distância.....	44

SIGLAS

AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética e Pesquisas com Seres Humanos
EAD	Educação a distância
FACED	Faculdade de Educação
FAGEN	Faculdade de Gestão e Negócios
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IES	Instituições de Ensino Superior
IPES	Instituições Públicas de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NEAD	Núcleo de Educação a Distância
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 AS RELAÇÕES ENTRE CAPITAL, TRABALHO E EDUCAÇÃO	19
2.1 Legislação brasileira sobre EaD e o Sistema Universidade Aberta do Brasil(UAB)	25
2.2 O contexto histórico da EaD e o tutor	29
2.3 A prática da tutoria: reflexões sobre autonomia, controle e precarização do trabalho.....	38
3 A TUTORIA NO CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA.....	42
3.1 O caminho metodológico e a apresentação dos resultados da pesquisa	46
3.2 Apresentação de dados e análise dos resultados da pesquisa	49
3.2.1 – <i>A análise do questionário</i>	49
3.2.2 <i>A análise das entrevistas</i>	58
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	72
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	75
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO TABULADO	77
APÊNDICE C – QUESTÕES DA ENTREVISTA.....	89
APÊNDICE D – QUADRO DE RESPOSTAS DA ENTREVISTA	90

1 INTRODUÇÃO

A temática da presente pesquisa está inserida na Linha de Pesquisa – Trabalho, Sociedade e Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia e trata da precarização do trabalho docente no Ensino Superior, com foco no trabalho do tutor que atua na modalidade de Educação a Distância, em particular no curso de Pedagogia a Distância.

A importância e a relevância acadêmica desta pesquisa justificam-se pelo fato de que a modalidade Educação a Distância tem crescido substancialmente nos últimos anos e, em consequência desse crescimento, há a multiplicação do número de pessoas que exerce a tutoria nos vários cantos do país. Desse modo é importante dizer que faz-se necessário o reconhecimento da prática docente realizada na tutoria e uma legislação específica que ampare o tutor, pois, trata-se de um ator da EaD que está diretamente envolvido na formação acadêmica dos alunos, realizando a mediação de todo o conteúdo ofertado na grade curricular do curso.

A ausência de reconhecimento da tutoria enquanto atividade que abarque atribuições de caráter docente foi uma das principais inquietações que motivaram a presente pesquisa. Com efeito, é provável que a falta de reconhecimento da atividade docente realizada pelo tutor decorra da ausência de regulamentação da tutoria assim como da percepção de que, o tutor é um sujeito que não tem um ‘lugar’ claramente definido na Educação a Distância, apesar de que várias são as afirmativas acerca do papel indispensável realizado por esse ator no processo de ensino-aprendizagem.

A escolha do tema justifica-se pelo fato de que tendo atuado na tutoria da modalidade de Educação a Distância, a autora percebeu a existência de um ‘descompasso’ entre a teoria e a prática, hajam vistas as funções desempenhadas pelo tutor e o reconhecimento de tais atividades enquanto funções de caráter docente. É importante mencionar que a revisão bibliográfica tem como recorte temporal a década de 1990, marcada por intensas mudanças no campo educacional advindas de uma lógica capitalista que valoriza sobremaneira a questão mercadológica e busca redirecionar o papel do Estado a favor dessa valorização do capital em detrimento da questão social e, especialmente, educacional. Logo, a pesquisa apresenta uma

análise que abrange o período compreendido entre os anos de 1990 a 2013, sendo este último ano, o período em que se realizou a coleta de dados.

A Educação a Distância foi reconhecida como modalidade educativa no ano de 1996, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e trouxe consigo uma série de fatores que imputaram mudanças no campo educacional, em especial, a intensa utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação na mediação de conteúdos. Posteriormente, mediante o Decreto nº 5622 de 19 de dezembro de 2005, a Educação a Distância foi regulamentada.

Em face dessa regulamentação observa-se uma nova demanda por novos trabalhadores no campo educacional. Em outras palavras, na Educação a Distância o trabalho docente é, por assim dizer, compartilhado entre vários atores e uma nova figura surge neste contexto – o tutor cuja atividade desempenhada constitui objeto de estudo desta pesquisa.

A tutoria configura, pois, uma atividade que está inserida no contexto das relações entre educação e trabalho, relações essas em que o trabalho é organizado segundo uma lógica capitalista que traz consigo várias contradições, seja pelas condições de trabalho ou pela remuneração deste. É interessante acrescentar que o tutor executa um trabalho que é remunerado com bolsas de estudo, assim como todos os outros profissionais que atuam na Educação a Distância no Ensino Superior nas instituições públicas, segundo o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Tal fato nos parece indicar que as condições de trabalho, especialmente as do tutor, sinalizem para a precarização.

Nesse íterim o objetivo geral desta pesquisa é investigar as condições de trabalho do tutor no contexto da EaD na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e saber se tais condições levam à precarização de seu trabalho. Temos três objetivos específicos que sustentam o objetivo geral. O primeiro busca enumerar as características que ilustram a questão do paradoxo existente entre a precarização do trabalho e a necessidade de qualificação contínua, paradoxo este que retrata o sistema de tutoria utilizado na Educação a Distância.

O segundo objetivo específico encontra-se diretamente relacionado com a aplicação dos instrumentos de coleta de dados visando obter informações acerca da percepção dos tutores sobre as funções que desempenham e as condições para a realização deste trabalho. E,

como terceiro objetivo específico será apresentada uma análise da visão dos tutores sobre a tutoria enquanto prática docente.

No que tange à metodologia, optou-se por uma pesquisa aplicada, descritiva e documental. Constitui uma pesquisa aplicada porque a autora busca entender problemas que envolvem o trabalho do tutor e apontar alternativas para minimizar possíveis causas que levem a uma precarização de suas condições de trabalho. Caracteriza-se, também, como descritiva porque procura através da aplicação dos instrumentos de coleta de dados, obter informações que retratem as características e nuances que envolvem o exercício da tutoria. Parte, portanto, da descrição de fatos e fenômenos da realidade vivida pelo tutor.

Por fim, trata-se ainda de uma pesquisa documental, pois, apresenta a análise de materiais escritos disponíveis no meio impresso e digital tais como: livros, artigos e revistas. Tem natureza qualitativa e de campo, pois, utiliza como importante fonte de análise a percepção dos participantes acerca dos fatos e dos diferentes significados atribuídos a eles.

Conforme mencionado anteriormente o local escolhido para a realização desta pesquisa foi a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e o *corpus* de pesquisa constituído por tutores que atuam e/ou atuaram nos cursos de Pedagogia a Distância da referida instituição. A forma de acesso a estes tutores foi a secretaria do Curso de Pedagogia a Distância que forneceu os dados necessários.

Assim, os dados foram coletados em campo, a saber, na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Foram aplicados os formulários de coleta de dados junto ao *corpus* de pesquisa, sendo os questionários enviados pelo ambiente eletrônico. Tais questionários foram enviados aos tutores no dia 08 de julho de 2013, sendo que as respostas foram recebidas até o dia 25 de setembro. O número de respondentes para a pesquisa foi de 30 tutores num universo de 48 tutores. Num segundo momento foi realizada uma entrevista por e-mail enviada para 10 tutoras e obteve resposta de quatro delas. O meio eletrônico foi escolhido para a aplicação de ambos os instrumentos devido à maior agilidade de acesso pelos tutores para que pudessem contribuir com a pesquisa. A realização de uma entrevista em local e horários pré-determinados foi descartada devido à pouca disponibilidade de tempo dos entrevistados.

De posse do material e análise finalizada foi elaborada a redação da dissertação constituída por quatro capítulos. No primeiro é desenvolvida a introdução do texto, onde são

apresentados os principais tópicos a serem desenvolvidos no trabalho. Tal introdução representa, pois, um panorama geral da pesquisa.

No segundo capítulo são apresentados alguns fundamentos da precarização do trabalho docente enfatizando as contradições presentes na relação entre trabalho e educação no campo educacional, com foco na Educação a distância (EaD) e no trabalho do tutor. Além desses fundamentos, os conceitos de Educação a Distância, a legislação que ampara a Educação a Distância assim como o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foram apresentados visando situar o leitor sobre aspectos que norteiam o funcionamento das Instituições de Ensino Superior que seguem a estrutura definida pelo referido sistema. Dando continuidade à abordagem desse capítulo, os conceitos de tutoria, suas funções e questões relacionadas às condições de trabalho propriamente ditas constituíram parte fundamental do texto.

No terceiro capítulo da dissertação apresentamos o local onde foi realizada a pesquisa – o Curso de Pedagogia a Distância da Universidade Federal de Uberlândia. Um breve histórico acerca desse curso foi apresentado assim como as formas utilizadas para seleção e treinamento dos tutores e o organograma deste. Façamos um parêntese para mencionar que, a dinâmica realizada por tal curso, para que os tutores tenham encontros periódicos com os professores deve ser considerada uma prática a ser utilizada como padrão a ser seguido por outras instituições, pois, trata-se de uma preocupação no atendimento às necessidades de tutores e professores.

Vale dizer que neste capítulo o foco foi apresentar e analisar a percepção dos tutores acerca da tutoria e da prática docente que envolve tal atividade. A formulação deste capítulo foi alcançada mediante a descrição detalhada dos procedimentos metodológicos aplicados para a obtenção dos dados e sua transformação em informações úteis para a pesquisa. Trata-se, portanto, de uma apresentação dos resultados obtidos mediante a aplicação de questionários e realização de entrevistas com alguns tutores que atuam e/ou atuaram no curso de Pedagogia a distância da UFU. As entrevistas foram feitas com o intuito de enriquecer a análise dos questionários respondidos. Por fim, o quarto capítulo apresenta as considerações finais do trabalho.

A dissertação aqui descrita procura demonstrar que a possível precarização do trabalho do tutor advém de uma soma de fatores, cuja origem encontra-se na ausência de uma definição clara da posição ocupada pelo tutor no processo de ensino-aprendizagem na

Educação a Distância (EaD). Se partirmos do pressuposto de que na EaD ocorre a polidocência¹, ou seja, o docente não é o único responsável pelo processo de ensino aprendizagem e, sim, compartilha a docência com outros atores, por que não atribuir ao tutor uma maior visibilidade dentro da modalidade em questão?! Se a mediação constitui uma característica da atividade docente e o tutor realiza tal mediação, por que não ser considerado juntamente com os professores, sujeito pertencente à categoria docente?

Além disso, a tutoria representa por assim dizer, um retrato das condições de trabalho inerentes à lógica capitalista e caracterizadas pela adversidade, já que minimiza custos e reduz o indivíduo a uma mão-de-obra barata e que não se reconhece no próprio trabalho. Ao tratarmos da questão da minimização dos custos em educação podemos nos referir a dois aspectos: a questão das condições de trabalho daqueles que atuam na Educação a Distância e a ausência de investimentos e de políticas que concretizem, por assim dizer, a consolidação da EaD no Brasil.

O trabalho partiu do pressuposto de que a estruturação do modelo de Educação a Distância estabelecido pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) não permite que se estabeleça nenhuma espécie de vínculo empregatício entre os envolvidos na EaD e a instituição na qual atuam e entendemos que tais trabalhadores careçam de condições adequadas para atuação e, por conseguinte, tal fato acaba por levar à precarização do trabalho nessa modalidade.

A apresentação e análise dos resultados nos permitem considerar que os objetivos propostos neste trabalho foram alcançados. Não tivemos como objetivo apontar que, no curso pesquisado exista uma precarização das condições de trabalho dos tutores. O que nos interessa é apontar que, de modo geral, as determinações e estruturas definidas *a priori* pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) podem ocasionar a precarização do trabalho daqueles que atuam na Educação a Distância, sejam eles professores, tutores, técnicos, lembrando que nosso sujeito neste trabalho é o tutor.

¹ A polidocência será melhor explicada no capítulo 2 deste trabalho.

2 AS RELAÇÕES ENTRE CAPITAL, TRABALHO E EDUCAÇÃO

A compreensão das relações entre capital, trabalho e educação torna-se possível quando partimos do fato de que as economias capitalistas vêm sofrendo, desde o final do século XX, mudanças rápidas e incessantes oriundas do intenso processo de globalização. É importante entendermos nesse contexto que, desde que o capitalismo existe, ocorrem sucessivas transformações do processo de produção no qual se busca a expansão, a intensificação das relações de produção. À medida que o capitalismo precisa sobreviver, ele se expande, globaliza, adquire novas formas de ampliar sua atuação.

Esse processo de expansão, que denominamos globalização, amplia a ‘necessidade’ de sobrevivência e de reprodução do capital, e requer, por conseguinte, novas formas de relacionar capital, trabalho e educação. O efeito da globalização sobre a Educação pode ser assim descrito:

[...] a Educação sofre, claramente, os impactos da globalização, pois, a apropriação das forças produtivas no interior e por intermédio desse sistema impõe o desenvolvimento de capacidades para seu consumo como energia vital e forma imediata da produção. Demanda, igualmente, que tais capacidades humanas, ao serem impregnadas, sejam, também, exauridas, e, às vezes, desperdiçadas e modificadas. (MACHADO; MACHADO apud LUCENA, 2008, p.53).

Acrescentamos às reflexões, o conceito de educação que, segundo França et al (2011, p. 175) consegue esboçar a relação entre educação e capital e, conseqüentemente, sinaliza para um dos efeitos sofridos em virtude da expansão do processo globalizante, qual seria a intensificação do trabalho do professor. Nesse sentido cabe ressaltar que:

A educação, por sua vez, é considerada como um processo de trabalho, visto que o homem, a todo o momento, necessita produzir sua própria existência e, para isso, tem que transformar a natureza, por meio do trabalho, para sobreviver. O professor é considerado trabalhador produtivo porque, ao empregar sua força de trabalho, produz mais-valia, concorrendo para o processo de reprodução e expansão do capital. E esta determinação é fundamental para as possibilidades e limites do seu trabalho.

Em decorrência do que foi descrito podemos dizer que historicamente, a educação acompanha os movimentos do capital e tais movimentos são dialéticos por natureza. Então, no campo educacional, entendemos que “o trabalho educativo é o ato de produzir, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. (SAVIANI, 1994, p. 24).

Façamos um parêntese para dizer que, nesse contexto estudado, entendemos a docência como categoria profissional, ou seja, entendemos os professores como profissionais e, portanto, estamos falando de condições de trabalho, questões salariais, autonomia, dentre outras conceituações.

Ressaltamos, pois, que dificilmente segundo nosso entendimento, possamos dissociar as categorias, capital, trabalho e educação, uma vez que:

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir dos anos 1990, com a globalização da economia, com a reestruturação produtiva e com as novas formas de relação entre Estado e sociedade civil a partir do neoliberalismo, mudam radicalmente as demandas de disciplinamento, em decorrência, as demandas que o capitalismo faz à escola. (KUENZER, 2005, p. 85).

As demandas que o capitalismo faz à escola nesse período correspondem à preparação de uma força de trabalho que seja adequada ao mercado e, no período em questão, o trabalhador precisa ser flexível e multifuncional. Esses dois aspectos – flexível e multifuncional vão ao encontro do que entendemos por intensificação e precarização do trabalho, pois, o trabalhador considerado flexível e multifuncional está exposto a jornadas de trabalho prolongadas e deve executar tarefas diversas dentro de sua equipe de trabalho.² (LUCENA et al., 2012).

No que diz respeito à flexibilização que caracteriza o trabalho reestruturado³, vale destacar a crítica elaborada por Luciano Vasopollo, em cujos termos:

A flexibilização, definitivamente, não é a solução para aumentar os índices de ocupação. Ao contrário, é uma imposição à força de trabalho para que sejam aceitos salários reais mais baixos e em piores condições. É nesse contexto que estão sendo reforçadas as novas ofertas de trabalho, por meio do denominado mercado ilegal, no qual está sendo difundido o trabalho irregular, precário e sem garantias. (VASOPOLLO, 2005, p. 28).

Acerca do assunto, para Lucília Machado e Janaína Machado, a:

Flexibilidade virou a palavra-chave para rever conceitos e, também, formar as pessoas. Pede-se, assim, uma Educação que forme trabalhadores flexíveis. Para tanto, deve ter conhecimentos básicos – gerais e específicos, habilidades para operar tecnologias, atitudes de iniciativa, comportamentos adequados ao trabalho em equipe, integrados subjetivamente à cultura da empresa, crentes de que o sucesso se obtém graças à força de vontade, à disposição firme e constante para o trabalho e à

² A autora entende a noção de equipe de trabalho como que encoberta por uma ‘roupagem’ que leva o trabalhador a acreditar que trabalha, de fato, em conjunto com outras pessoas, enquanto que, o que ocorre na verdade, é a criação de um ambiente de trabalho altamente competitivo e individualizado.

³ Outra noção assumida pela autora é de que o trabalho reestruturado caracteriza-se pela intensificação do trabalho, pela flexibilização da produção, do trabalho e do trabalhador.

prática do espírito empreendedor, à valorização do otimismo, da perseverança, da autoconfiança e da obediência às leis do mercado. (MACHADO, MACHADO apud LUCENA, 2008, p. 50).

Em face dessa realidade configurada pela reestruturação produtiva, os indivíduos são levados a uma busca por constante atualização. Tal busca entra em choque com um distanciamento cada vez maior das condições ideais de trabalho, o que caracteriza um processo de precarização em todos os campos. Cabe ressaltar, contudo, que, a precarização do trabalho dos profissionais da educação e, especialmente da Educação a Distância no Ensino Superior, traz consigo o surgimento de novos postos de trabalho.

Para entendermos a precarização do trabalho no campo educacional partiremos do pressuposto da indissociabilidade entre trabalho e educação, pois, a formação do homem enquanto ser social ocorre mediante a educação e por meio dela. É necessário, pois, apresentarmos o conceito de trabalho ao qual nos remetemos.

Sendo a docência uma atividade essencialmente humana recorreremos à obra de Karl Marx onde temos a afirmação de que “a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho.” (MARX, 1982, p.149). Assim:

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce pronto, mas tem que tornar-se homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. (LOMBARDI, 2010, p. 27).

Tomando como referência a obra marxista e o viés ontológico do trabalho, cabe apresentar o conceito de trabalho como segue:

[...] o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico. (SAVIANI, 2007, p. 154).

Podemos ainda fazer uma alusão a Lombardi (2010, p.20-21) cuja corrente teórica coaduna com os princípios marxistas ao afirmar que:

A educação (e nela todo o aparato escolar) não pode ser entendida como uma dimensão estanque e separada da vida social. Como qualquer outro aspecto e dimensão da sociedade, a educação está profundamente inserida no contexto em que surge e se desenvolve, também vivenciando e expressando os movimentos contraditórios que emergem do processo das lutas entre classes e frações de classe.

As definições acima podem delinear a forma como se estruturam as relações entre trabalho e educação no modo de produção capitalista. Em suma, ocorrendo uma mudança em tais relações e, sendo o trabalho docente um trabalho que gera um produto (lógica capitalista) e, que se encontra revelado na formação do homem, tal trabalho não pode estar alheio a essa mudança.

É preciso esclarecer, nesse contexto, que a presente pesquisa procura trabalhar o conceito de docência no seu sentido mais amplo, uma vez que:

[...] a docência é uma categoria profissional do trabalhador do magistério, da educação. Analisando por este ângulo, evidenciam-se outros elementos que devem receber atenção. Entre eles, podemos citar questões de ética profissional, os saberes e a competência para ensinar, a autonomia no trabalho, a relação com gestores/proprietários dos meios de produção, a precarização do trabalho, o compartilhamento do fazer docente com colegas de trabalho, a formação profissional, as tensões entre trabalhadores e entre estes e o empregador, a sindicalização etc. (MILL, 2012, p.56).

Uma vez apresentados os conceitos de trabalho e da relação existente entre trabalho e educação, assim como o conceito de docência, é preciso deixar claro que, consideramos como sendo precarização do trabalho docente, um processo que:

[...] abarca outros aspectos como a intensificação do trabalho, a flexibilização e estagnação dos salários, a cobrança por ‘produtividade’, o monitoramento e a vigilância da ação docente através de avaliações externas, o repasse de ações e funções estatais para a escola, a substituição de ‘trabalho vivo’ por ‘trabalho morto’ e o aumento das exigências institucionais, que muitas vezes não se estabelecem de forma explícita. Aspectos que introduzem na rotina docente um conjunto de tensões políticas, institucionais, sociais, econômicas e culturais. (LÉLIS; SOUZA, 2012, p.81).

Analisando particularmente o trabalho docente nas instituições superiores públicas de ensino, podemos reiterar que a precarização do trabalho no segmento educacional acompanha os movimentos do capital, na medida em que as reformas educacionais ocorridas nos anos de 1990 preconizam a formação de um novo tipo de trabalhador docente mais flexível e polivalente⁴.

⁴ Sob o entendimento da autora, o trabalhador polivalente é aquele ‘capaz’ de realizar diversas tarefas, operar vários tipos de máquinas e, ainda, saber trabalhar em equipe.

Tais reformas trouxeram consigo uma reestruturação do trabalho no modo de produção capitalista e, precisamos considerar nesse contexto, que:

A educação não está alheia às transformações que se processam na produção capitalista. Ela ajusta-se às exigências demandadas por esta última e os novos modelos e propostas pedagógicas acompanham a evolução das tecnologias e das novas formas de organização da produção, o que tem implicado em profundas transformações no processo educacional, bem como nas políticas públicas educacionais. (LUCENA et al., 2012, p. 93).

Assim, estando a educação, inserida no mercado capitalista:

O que se observa a partir da década de 1990 é a construção de uma nova forma de racionalização do processo de trabalho que potencializa o controle e a vigilância no local de trabalho e impõe aos trabalhadores um intenso e cuidadoso monitoramento por meio das análises constantes de índices de produtividade, de desempenho, de satisfação, entre outras. (LUCENA et al., 2012, p. 93).

Cabe salientar que o cunho liberal das mudanças ocorridas a partir da década de 1990 é condizente com um papel menor do Estado e, uma ênfase maior nas leis do mercado. Nesse ínterim as relações entre trabalho e educação passam a ser delineadas sob a ótica do toyotismo. Trata-se de um padrão organizativo da produção e do trabalho que representa uma nova lógica caracterizada pela flexibilidade. Desse modo:

O chamado modelo japonês (HIRATA, 1993) ou toyotismo, cujos elementos proporcionam maior controle sobre o fluxo do trabalho e sobre o movimento sindical (ANTUNES, 2000) constitui o primeiro movimento de globalização da era moderna no sentido oriente-ocidente. (LUCENA et al., 2012, p.88).

Vale ressaltar que o modelo toyotista apresenta-se como uma alternativa de contornar a crise do sistema capitalista de produção iniciada na década de 1970 e que trazia consigo características de uma produção no padrão taylorista-fordista. Ainda segundo Antunes e Alves (2004, p. 339), “o mundo do trabalho atual tem recusado os trabalhadores herdeiros da ‘cultura fordista’, fortemente especializados, que são substituídos pelo trabalhador ‘polivalente e multifuncional’ da era toyotista.”

No campo educacional espera-se, por conseguinte, que haja uma ‘adequação’ do trabalhador docente aos moldes toyotistas. Uma vez que:

As demandas do processo de valorização do capital nessa nova forma de realização exigem a educação de trabalhadores de novo tipo e, em decorrência, de uma **nova pedagogia**. Da mesma forma, os métodos flexíveis de organização e gestão do trabalho, não só exigem novas competências, como também invadem a escola com os novos princípios do toyotismo. (KUENZER apud LOMBARDI, SAVIANI, SANFELICE, 2002, p. 87, grifo nosso).

Compreendemos que na Educação a distância existe uma demanda por trabalhadores cuja lógica formativa corresponde à lógica toyotista descrita nos parágrafos anteriores. São trabalhadores que, por um lado precisam ter domínio de saberes diversos, tais como pedagógicos, tecnológicos e outros e, por outro lado, que estão desamparados quando às questões legais que envolvem sua condição de trabalho.

O trabalho escolar passou, por assim dizer por uma reorganização que se encontra pautada pela fragmentação⁵. Em outras palavras, a fragmentação corresponde a uma divisão entre os processos de concepção e execução da atividade docente. Assim, ainda que o trabalho docente não seja tipicamente capitalista ele encontra-se sujeito à lógica capitalista de produção, mesma condição de um operário assalariado que realiza seu trabalho sob condições adversas dentro da organização fabril. (HYPÓLITO, 1997).

Essa análise feita por Hypólito permite-nos inferir que:

[...] ao menos no Brasil, neste momento, o trabalho docente na EaD – tipicamente coletivo e colaborativo e também realizado sob condições precárias – parece-nos organizado sob uma lógica capitalista de racionalização, sendo realizado por um trabalhador assalariado sob condições adversas e desreguladas, seja pelo tipo ou valor da remuneração recebida pelo trabalho prestado, seja pelas relações de trabalho entre colegas e gestores ou ainda pelo tipo de vínculo com as instituições mantenedoras de sistemas de EaD. (MILL, 2010, p.15-16).

Tratamos nesse contexto de trabalho, especificamente do trabalho do tutor, que se refere a um ator da Educação a Distância com domínios e saberes diversos e cujo lugar não é ‘bem definido’ dentro do processo de ensino aprendizagem no ensino superior e, ainda cujas funções não estão enquadradas em nenhuma categoria que possa designá-las como docentes ou técnicas. Em síntese, é possível afirmar que:

No bojo das mudanças vividas pela formação de professores deste século, encontram-se os docentes da Educação a Distância (EaD); novas formas de ensinar e aprender foram geradas e, portanto, profissionais com um novo perfil são demandados. Além disso, observamos o surgimento de uma nova classe de trabalhadores ainda não compreendida suficientemente: os tutores virtuais. (MILL, 2010, p. 75).

Ao mencionarmos a reformulação do trabalho docente nos referimos ao fato de que, na Educação a Distância, o trabalho docente passa por uma ressignificação. Enquanto na educação presencial temos professores que elaboram materiais e que ministram as aulas, na EaD esse trabalho docente passa a envolver mais pessoas, que atuam acompanhando o processo de ensino aprendizagem dos alunos assim como na confecção dos materiais a serem

⁵ Hypólito(1997) ressalta que a reorganização do trabalho escolar é datada do início do período republicano onde este trabalho assume características de um trabalho realizado por um operário fabril.

utilizados nela. Soma-se a isso a questão da flexibilização dos tempos e espaços na EaD. Nesse sentido, quando nos referimos à flexibilização dos tempos e dos espaços queremos dizer que os conceitos de sala de aula de professores de presença são repensados e modificados. No tocante à aula, não temos mais um ambiente físico para o encontro entre professores e alunos. A sala de aula na EaD é a sala virtual onde, além do professor, outros atores entram em cena, como é o caso dos tutores responsáveis por mediar os conteúdos. Tal sala é denominada Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), um local onde o processo de ensino aprendizagem se efetiva e onde, as mediações, construções de significados e relações se efetuem. Para concluir tal reflexão é fundamental deixar claro que, na EaD, a flexibilização de espaço ocorre porque não é preciso que alunos e professores (e/ou tutores) estejam presentes fisicamente no mesmo local para que a aula ocorra.

Assim, para fundamentar as abordagens apontadas apresentaremos no tópico que segue um panorama acerca da legislação brasileira sobre a Educação a Distância e o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

2.1 Legislação brasileira sobre EaD e o Sistema Universidade Aberta do Brasil(UAB)

As iniciativas que preconizaram a oferta de cursos na modalidade a distância no Brasil são datadas no século passado. Os cursos por correspondência surgiram por volta da década de 1940 e podemos destacar como uma destas iniciativas, o Instituto Universal Brasileiro cuja característica básica é a formação profissional através do envio de materiais pelos correios. Vale dizer que estas iniciativas sempre fortaleceram a disseminação dos meios de comunicação e intensificaram a utilização destes

A partir da década de 1960 até 1990 houve um grande avanço de programas educativos envolvendo a EaD, que utilizavam metodologias de ensino por correspondência, rádio, televisão, material instrucional e a presença dos tutores oferecendo acompanhamento personalizado aos alunos.

No ano de 1996, a Educação a Distância foi regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394 e trouxe consigo uma série de fatores que imputaram mudanças no campo educacional, entre eles a intensa utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação na mediação de conteúdos.

Ainda com referência à Lei nº 9394/96 é importante salientar que o artigo 80 preconiza o uso da modalidade a distância no Brasil em todos os níveis e modalidades de ensino. No dia 10 de fevereiro do ano de 1998 houve a regulamentação deste artigo 80 mediante o Decreto nº 2494. Tal decreto além de regulamentar o artigo 80 traz novas providências e também adota o seguinte conceito para EaD:

Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

Em 19 de dezembro de 2005, temos de fato, a regulamentação da Educação a Distância pelo Decreto nº 5.622 (BRASIL, 2005), que traz em seu bojo outro conceito para a Educação a Distância como sendo a:

[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005, p. 1).

O decreto supracitado constitui um marco regulatório com vistas a regulamentar o credenciamento de instituições de ensino para oferta de cursos e programas na modalidade a distância, sendo que as principais observações contidas no Decreto nº 5.622 são apresentadas de maneira mais ampla conforme abaixo:

- Caracteriza a educação a distância como modalidade educacional, organizada segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares;
- Prevê a obrigatoriedade de momentos presenciais e os níveis e modalidades educacionais em que poderá ser ofertada;
- Estabelece regras de avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas e certificados, sendo que estes terão validade nacional;
- Confere ao MEC a competência de organizar a cooperação e integração entre os sistemas de ensino, objetivando a padronização de normas e procedimentos em credenciamentos, autorizações e reconhecimentos de cursos e instituições de ensino a distância;
- Apresenta instruções para oferta de cursos e programas na modalidade a distância na educação básica, ensino superior e pós-graduação. (BRASIL, 2005).

Como podemos observar, as diretrizes gerais para a implementação de cursos na modalidade a distância foram apresentados nesse decreto. E, assim, a partir desse marco regulatório, os fundamentos legais para a criação de um sistema nacional de educação a distância foram criados. Tal sistema denominado Sistema Universidade Aberta do Brasil foi criado no ano de 2005 e instituído em 2006 pelo Decreto nº 5.800 de 8 de junho de 2006. (BRASIL, 2006).

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) trata de uma política pública que tem como finalidade maior expandir a oferta e interiorização de cursos a nível superior no país. E, assim pode ser definido, uma vez que:

A Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal. (BRASIL, 2006).

Nesse contexto é importante enumerarmos os cinco eixos de atuação da Universidade Aberta do Brasil (UAB):

- Expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso;
- Aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios;
- Avaliação da educação superior a distância tendo por base os processos de flexibilização e regulação implantados pelo MEC;
- Estímulo à investigação em educação superior a distância no País;
- Financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância. (BRASIL, 2005, p. 1).

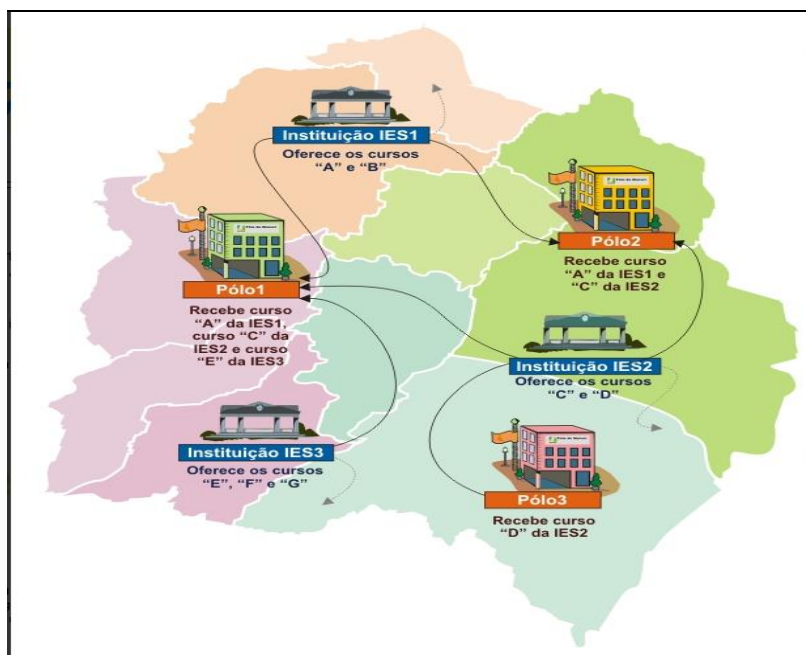
Os cursos superiores ofertados no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB) foram, a princípio, instituídos por editais, a saber: edital UAB1 e edital UAB2⁶. Tais editais por intermédio da Secretaria de Educação a Distância tornaram públicas as chamadas para a seleção de pólos municipais de apoio presencial e de instituições federais de ensino superior na modalidade educação a distância para o Sistema Universidade Aberta do Brasil. O edital UAB1 datado de 16 de dezembro de 2005 era destinado particularmente à seleção das instituições públicas federais, enquanto que, no edital UAB2 datado de 18 de outubro de 2006 houve uma ampliação dessa seleção para todas as instituições públicas, inclusive estaduais e municipais. (BRASIL, 2005).

No tocante ao funcionamento da Universidade Aberta do Brasil (UAB) o sistema funciona mediante a integração (fig. 1) de instituições públicas de ensino superior (IPES). De modo simplificado podemos entender que: se a Instituição IES1 oferta um curso A e, se existe

⁶ Os editais UAB1 e UAB2 estão disponíveis no site: http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11&Itemid=6

demanda nos pólos 1 e 2 pelo referido curso A, ambos os pólos podem recebê-lo. Explicando melhor: se existe um curso de Administração a Distância na Universidade Federal de Uberlândia, tal curso pode ser ofertado nos pólos 1- Araguari(MG), por exemplo e, no Pólo 2 – Igarapava(SP), desde que haja infraestrutura adequada para tal oferta.

Figura 1 – Modelo de Funcionamento da Universidade Aberta do Brasil (UAB)



Fonte: (BRASIL, 2006)

A articulação entre os governos federal, estadual e municipal é garantida pela Universidade Aberta do Brasil e é essa articulação que propicia o atendimento à demanda por cursos superiores. Cabe, também, à UAB o fomento das atividades a serem desenvolvidas que vão, desde a produção de material didático, passando pela capacitação de pessoal para trabalhar na EaD até o acompanhamento dos pólos presenciais.

Vale mencionar que, segundo o artigo 6º do Decreto 5.800 de 8 de junho de 2006:

As despesas do Sistema UAB correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, devendo o Poder Executivo compatibilizar a seleção de cursos e programas de educação superior com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira. (BRASIL, 2006, p.1-2).

Antes de nos aprofundarmos no assunto que envolve o objeto de estudo, a saber, a tutoria na EaD, é importante uma apresentação do contexto histórico da Educação a Distância assim como algumas discussões que envolvem a tutoria.

2.2 O contexto histórico da EaD e o tutor

O marco temporal bibliográfico escolhido para iniciarmos as reflexões sobre a precarização do trabalho na Educação a Distância, com ênfase no tutor, foi o período que tem início na década de 1990 e se estende até o ano de 2013. Em meados da década de 1990 o ambiente educacional sofreu os reflexos mais profundos da produção globalizada, da reestruturação produtiva do trabalho e ocasionou mudanças significativas na dimensão das relações entre capital, trabalho e educação. Tais mudanças configuram a busca de qualificações e habilidades demandadas pelos ditames neoliberais capitalistas, na década em questão, período que configurou o delineamento de um modelo educacional com vistas a atender ao mercado de trabalho e caracterizado por intensificação e precarização do trabalho docente. Então, temos que:

As reformas educacionais dos anos 90 trouxeram mudanças que representam uma real intensificação do trabalho, gerando uma sobrecarga trazida pelos novos processos de ensino e avaliação; forçando os professores a encontrar meios alternativos para responder as demandas crescentes. Isto pode ser notado, sobretudo no que diz respeito à gestão escolar, onde as exigências de eficiência e excelência das escolas em condições adversas têm feito com que a direção escolar busque junto à comunidade outras formas de financiamento do ensino público. (OLIVEIRA et al. 2002, p. 07).

A Educação a Distância apresenta-se nessa ‘nova’ realidade como proposta metodológica de caráter inclusivo e embasada nas tecnologias da informação e comunicação enquanto meios que possibilitam e viabilizam o processo educativo. Sobre isso é possível utilizar as considerações dos autores, quando afirmam que:

Tendo como pano de fundo o intenso processo de reestruturação produtiva **em curso no Brasil e no mundo, novas propostas e metodologias de ensino** tomam corpo e se efetivam, inclusive, com endosso governamental. Associada ao fato de forte desenvolvimento das tecnologias digitais, em especial, ganha força a modalidade de **educação a distância** mediada por novas tecnologias da informação e da comunicação. (OLIVEIRA et al., 2002 p.12, grifo nosso).

Nesse contexto cabe-nos mencionar a Lei 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e que permitiu avanços com relação à oferta de cursos na modalidade à distância, já que, de acordo com o artigo 80 da referida lei:

O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

Parágrafo 1º. A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

Parágrafo 2º. A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diplomas relativos a cursos de educação a distância.

Parágrafo 3º. As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

Parágrafo 4º. A educação a distância gozará de tratamento diferenciado que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidade exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais. (BRASIL, 1996, sem paginação).

É importante dizer que a LDB foi reestruturada nesse contexto visando atender a demanda capitalista que intensifica a precarização do trabalho e numa década em que o Estado procurava modificar seus mecanismos de regulação, buscando agilidade a *baixo custo*. Além disso, nesse artigo 80 da Lei 9.394/96, encontram-se claramente dispostas as ideias de flexibilização e diversificação necessárias para a consolidação da EaD enquanto modalidade de educação. Podemos citar como exemplo, a cooperação e integração citadas no parágrafo terceiro e no parágrafo quarto, e o tratamento diferenciado a ser dispensado para a disseminação da modalidade em questão.

No tópico anterior foram destacados alguns marcos importantes no que diz respeito à regulamentação da modalidade EaD. É interessante notar que, desde a publicação da ‘nova’ LDB, que trazia em seu texto incentivos à Educação a Distância até a publicação do Decreto 5.622 de 25 de dezembro de 2005, que efetivamente regulamentou a modalidade referida, decorreu um período significativo. Segundo tal decreto:

[...] ficou estabelecida a política de garantia de qualidade no tocante aos variados aspectos ligados à modalidade de educação a distância, notadamente ao credenciamento institucional, supervisão, acompanhamento e avaliação,

harmonizados com padrões de qualidade enunciados pelo Ministério da Educação. (BRASIL, 2007, p.05).

Partindo do princípio de que a regulamentação da EaD ocorreu no momento em que o Estado reforçava seus mecanismos de regulação, cabe apresentarmos a definição de ‘qualidade’, segundo os princípios neoliberais: “[...] a qualidade, na vertente neoliberal, preza o resultado, sendo que a escola é um instrumento no processo de efetivação das políticas educacionais de adequação dos alunos à sociedade capitalista.” (FRANÇA, 2010, p. 66).

Desse modo, levando-se em consideração que, a modalidade de Educação a Distância possibilita que a formação dos alunos ocorra de forma mais dinâmica e flexível, é importante refletir sobre o fato de que o princípio da inclusão deveria ser a finalidade maior dessa modalidade de educação e, faz-se necessário que tal princípio se sobreponha aos princípios da lógica do mercado capitalista, com ênfase na preparação de mais trabalhadores para ocupar os postos de trabalho.

Como visto no tópico anterior, no ano de 2005 tivemos também a criação da Universidade Aberta do Brasil cujo objetivo seria

[...] articular e integrar um sistema nacional de educação superior a distância, em **caráter experimental**, visando sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil. (BRASIL, 2005, s. p., grifo nosso).

Podemos dizer que, ainda que a EaD tenha sido regulamentada num plano mais geral e a Universidade Aberta do Brasil tenha sido criada visando a ampliação e universalização do ensino superior, o caráter experimental (grifado no fragmento de texto) desse sistema ou dessa política pública perdura até os dias de hoje, quase dez anos após a criação da UAB. Como consequência podemos dizer que a situação daqueles que trabalham com Educação a Distância sob a estrutura desse sistema é bastante instável, ou seja, é uma situação caracterizada pela precariedade de condições em termos trabalhistas.

Em outros termos, levantamos tal reflexão porque é preocupante que os trabalhadores envolvidos na Educação a Distância atuem há tanto tempo sem vínculos empregatícios que lhes proporcionem estabilidade e garantia de direitos e, conseqüentemente sob essa perspectiva do viés experimental é válido apontarmos para a precarização das condições de trabalho desses atores, haja vista a ausência de regulamentação de suas atividades.

No tocante à regulamentação do trabalho realizado por esses profissionais que atuam na Educação a Distância vale destacar a análise de Mill, Santiago e Vianna (2008, p.62):

- Embora a Educação a distância esteja regulamentada num plano mais geral, ela carece de regulamentação em termos trabalhistas. Os sindicatos se assumem ausentes na defesa dos direitos trabalhistas dos tutores (como docentes da EaD) e esses educadores sentem-se desamparados.

- Embora os tutores não sejam professores, compõem a categoria docente. Sendo docentes, os tutores deveriam ser amparados pelos sindicatos dos docentes/professores.

Assim, entendemos que a formação de um contingente de trabalhadores que exercem funções complexas, que exigem qualificações diversas no processo de ensino-aprendizagem torna-se um fato proeminente e preconiza uma questão diretamente relacionada à economia de custos ou de investimentos insuficientes em Educação (de modo geral). Nesse sentido, acreditamos que:

Diante desse quadro é importante indagar a que condições objetivas de trabalho estão submetidos os docentes da educação a distância e quem são esses docentes. É necessário ainda, saber até que ponto o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias da informação e da comunicação, interfere no processo de trabalho docente. E ainda, como tem se constituído o processo de trabalho dos docentes que atuam em cursos de educação a distância virtual diante do emprego de novas tecnologias e da consequente intensificação do trabalho. (OLIVEIRA et al. , 2002, p. 12-13).

Ainda corroborando a ideia disposta nos parágrafos acima, é importante esclarecer que

a remuneração dos profissionais que atuam nos cursos de formação inicial e continuada e nos pólos de apoio presencial do Sistema UAB é feita por meio de **bolsas de estudo e pesquisa** concedidas pela CAPES/MEC e pagas pelo FNDE/MEC, conforme disposto na Resolução CD/FNDE nº 26, de 5 de junho de 2009. (BRASIL, 2009, não paginado, grifo nosso).

O pagamento dos profissionais que atuam na EaD com bolsas de estudo e pesquisa constitui, de certa forma, um elemento que não viabiliza o vínculo empregatício com as instituições nas quais esses trabalhadores atuam e, acabam por precarizar as condições de realização de suas atividades. Lapa e Pretto, ao apresentarem a configuração da docência na Educação a Distância, evidenciam a questão da precarização do trabalho aqui trabalhada:

A docência, distribuída em diferentes papeis, como o de professor e o de tutor (a distância e presencial), está definida em resoluções que enquadram esses profissionais como bolsistas que sequer têm direito a uma declaração do trabalho que realizam como professores, devido à possível consolidação de vínculos empregatícios não desejados. Tal precarização do trabalho docente se desdobra, na prática, entre outras coisas, por meio da baixa remuneração, que exclui profissionais qualificados, e da falta de reconhecimento profissional. (LAPA; PRETTO, 2010, p.79).

Podemos dizer que, nesse contexto, a distribuição da docência implica num preparo diferenciado de seus atores haja vista a necessidade do domínio de novos saberes que incluem os diversos atores que compartilham a docência na EaD.

Ainda nesse sentido:

Com o desenvolvimento da EaD, surgem novas figuras profissionais no trabalho docente. A docência, que no ensino presencial é constituída por apenas um trabalhador, ganha desdobramentos no trabalho docente virtual. Com as configurações mais recorrentes dos modelos atuais de EaD, as tradicionais atividades do professor são realizadas por um grupo de docentes, ao qual denominamos de polidocência. (MILL, 2012, p.104).

Como visto, o trabalho docente realizado presencialmente implica no domínio de todo o processo de ensino-aprendizagem por um único ator, enquanto que, na EaD isso não é possível. Tal fato decorre da nova configuração do processo de ensino-aprendizagem assim como da nova configuração da sala de aula, do material didático, dentre outros. E, para que isso ocorra, os papéis são distribuídos entre diferentes atores. Segundo Brzezinski apud Fidalgo:

Claro está para nós que cada um tem um papel diferente e é justamente nisso que reside a riqueza do processo. Assim, todos contribuem para o papel docente, ainda mais porque precisamos reconhecer que o professor não poderia dar conta de todas as tarefas sozinho. (BRZEZINSKI apud FIDALGO et al. 2012, p.124).

É necessário, pois, analisar dentro da proposta apresentada neste trabalho, um dos principais atores que faz parte desse grupo de docentes responsáveis pelas atividades dos professores – o tutor. Segundo a definição encontrada no site do Ministério da Educação, o tutor é o profissional selecionado pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) para exercer atividades diversas no processo de ensino-aprendizagem. Tais atividades por seu turno são determinadas pelas referidas instituições e estão de acordo com os projetos político-pedagógicos dos cursos, áreas e especificidades. (BRASIL, 2005).

Na estrutura dos cursos superiores ofertados na modalidade a distância, os tutores podem ser: tutores presenciais e tutores a distância. Ambos desempenham papéis estratégicos no tocante à mediação do conteúdo dos cursos. Enquanto o tutor presencial exerce sua função

nos pólos⁷ de apoio presencial, o tutor a distância realiza sua atividade no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) realizando a mediação dos conteúdos dos cursos.

Existem várias conceituações sobre o tutor e, a título de exemplificação, apresentamos a definição de Costa (2007, p.11), para quem:

O tutor a distância tem como base para seu trabalho a instituição de ensino, a partir da qual realiza mediação do processo pedagógico junto a estudantes geograficamente distantes, referenciados aos pólos de apoio presencial. Sua principal atribuição é o esclarecimento de dúvidas de conteúdo do material didático e ajuda de caráter geral ao estudante, através do telefone, de fóruns de discussão pela *Internet*, de participação em videoconferências, e outras tarefas, de acordo com a disponibilidade tecnológica e o projeto pedagógico.

O mesmo autor diferencia o tutor a distância do tutor presencial, ao afirmar que este último:

[...] exerce sua função nos pólos junto aos estudantes, em horários previamente estabelecidos, esclarecendo dúvidas em relação a conteúdos específicos e às tecnologias utilizadas nos cursos. Esse atendimento tutorial pode ser individual ou em grupo, dentro de uma programação bem definida e de conhecimento de todos. Além disso, o tutor presencial tem participação ativa em outros momentos presenciais obrigatórios, tais como avaliações, aulas práticas em laboratórios e estágios supervisionados, quando o projeto pedagógico assim demandar. (COSTA, 2007, p. 11).

Importa dizer que, no tocante à formação dos tutores, estes devem:

[...] possuir formação de nível superior e experiência mínima de um ano no magistério do ensino básico ou superior. Caso não comprove essa experiência, deve comprovar formação pós-graduada ou vinculação a programa de pós-graduação para poder exercer a função e fazer jus à bolsa mensal no valor de R\$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais). (BRASIL, 2009).

Após tais informações cabe-nos realizar uma breve reflexão, pois, se os tutores são remunerados por meio de bolsas, eles não possuem vínculo empregatício e, não possuindo vínculo empregatício, todos os direitos e garantias inerentes ao trabalho exercido pelo tutor, são inexistentes. Somado a isto, temos o fato de que, geralmente os tutores exercem a atividade de tutoria como fonte complementar de renda, podemos dizer, como um ‘bico’⁸.

⁷ Os pólos de apoio presencial são locais destinados ao atendimento dos alunos. Nesses pólos faz-se necessária a existência de uma biblioteca, de computadores com acesso à *Internet* e de tutores presenciais para oferecer atendimento aos alunos e, quando da realização das avaliações, monitorar os alunos.

⁸ O bico é uma atividade remunerada exercida por alguém com o objetivo de complementar sua renda principal. É, por assim dizer, uma fonte secundária de renda.

No entanto, mesmo considerando a tutoria como um ‘bico’, a atividade exige muito, pois, com base nas definições da Universidade Aberta do Brasil, temos que, as atribuições do tutor são:

- Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os estudantes;
- Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- Apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;
- Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA e responder às solicitações dos alunos no prazo máximo de 24 horas;
- Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- Colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;
- Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela instituição de ensino;
- Elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação de tutoria;
- Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável;
- Apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos pólos, em especial na aplicação de avaliações. (BRASIL, 2005, sem paginação).

A quantidade e o teor das atribuições destinadas aos tutores que atuarão nos cursos ofertados nas Instituições pertencentes à Universidade Aberta do Brasil (UAB) correspondem a atividades realizadas por docentes, no ensino presencial. Então, não é compreensível que haja uma disparidade entre a remuneração de ambos, por exemplo. Outro elemento que se torna uma incógnita é o não reconhecimento do tutor enquanto ator da prática docente, uma vez que realiza atividades dessa natureza.

Com base na revisão bibliográfica e se analisarmos detalhadamente as atribuições que são destinadas aos tutores como, por exemplo, a que se encontra disposta no 4º item: *“Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA e responder às solicitações dos alunos no prazo máximo de 24 horas”*, perguntamos: O quê dizer sobre isso? Se é necessário responder aos alunos em um espaço de tempo tão reduzido, como serão trabalhadas questões como horas extras, trabalho noturno, dentre outras? São questões dessa natureza que preocupam e geram inquietações acerca da precarização das condições de trabalho do tutor que atua na EaD.

Outro item que merece um olhar mais atento: *“Colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes”*. Levando-se em conta que a avaliação dos estudantes é feita prioritariamente ou majoritariamente via aplicação de provas, tendo os tutores que ‘colaborar’ com tais avaliações, estariam os mesmos corrigindo as provas? Dessa questão surge outra questão relacionada ao fato de que, corrigir avaliações não requer um

conhecimento e domínio de conteúdos – características da prática docente? Espera-se que, a principal atribuição do tutor a distância seja:

[...] o esclarecimento de dúvidas através de fóruns de discussão pela *Internet*, pelo telefone, participação em videoconferências, entre outros, de acordo com o projeto pedagógico. O tutor a distância tem também a responsabilidade de promover espaços de construção coletiva de conhecimento, selecionar material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos e, frequentemente, faz parte de suas atribuições participar dos processos avaliativos de ensino-aprendizagem, junto com os docentes. (BRASIL, 2007, p.21).

E, ainda:

[...] o tutor deve ser compreendido como um dos sujeitos que participa ativamente da **prática pedagógica**. Suas atividades desenvolvidas a distância e/ou presencialmente devem contribuir para o desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem e para o acompanhamento e a avaliação do projeto pedagógico. (BRASIL, 2007, p. 21 - 22, grifo nosso).

Como visto no fragmento acima, além de participar da prática pedagógica, espera-se que o tutor participe de todas as etapas que incluem a oferta de um curso na modalidade EaD, pois:

[...] os recursos humanos devem configurar uma equipe multidisciplinar com funções de planejamento, implementação e gestão dos cursos a distância, onde três categorias profissionais, que devem estar em constante qualificação, são essenciais para uma oferta de qualidade: docentes; tutores; pessoal técnico-administrativo. (BRASIL, 2007, p.19-20).

Dentre alguns questionamentos que envolvem a Educação a Distância, encontra-se a fragmentação do ensino, pois, os responsáveis por elaborar os materiais que serão utilizados nos cursos são os professores e, aqueles que trabalham diretamente com esses materiais, sanando dúvidas dos alunos, resolvendo atividades, são os tutores. Nesse contexto é interessante observar ainda os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância, já que o documento afirma ser:

[...] engano considerar que programas a distância podem dispensar o trabalho e a mediação do professor. Nos cursos de graduação a distância, os professores veem suas funções se expandirem. Segundo Authier (1998, n), “*são produtores quando elaboram suas propostas de cursos; conselheiros, quando acompanham os alunos; parceiros, quando constroem com os especialistas em tecnologias, abordagens inovadoras de aprendizagem*”. Portanto, são muito mais que simples “tutores” como tradicional e de forma reduzida os professores-orientadores que atuam a distância vêm sendo denominados. A denominação professor-orientador, **professor ou tutor**, entretanto, para esse profissional de cursos de graduação a distância, é uma decisão da instituição. Há quem prefira a última para enfatizar a responsabilidade individual entre aquele que orienta e seu orientando. Outros optam pela primeira para destacar

não apenas “acompanhamentos” individuais de alunos e sim a responsabilidade coletiva de compartilhamento, pesquisa e parceria educacional com outros professores, comunicadores e alunos na criação e reflexão democrática sobre cultura, ciência, tecnologia e trabalho a serviço da humanização e da superação de problemas do mundo presente. (BRASIL, 2007, p. 05, grifo nosso).

É importante observarmos que, ainda segundo os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância, o tutor enquadra o quadro *profissional*, porém, não é o mesmo quadro ocupado pelos docentes. Desse modo reafirmamos a grande questão paradoxal, pois todas as atividades do tutor são inerentes à prática docente, mas o enquadramento do profissional, não. (CABANAS; VILARINHO, 2007).

Há que se ressaltar, nesse contexto, que o modelo de tutoria utilizado prioritariamente pelas Instituições de Ensino Superior Públicas é determinado pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) e, segundo nosso entendimento, esse modelo acaba por precarizar ainda mais a atividade do tutor, pois presume inúmeros requisitos para o exercício desta, e, em contrapartida, não oferece as condições adequadas para tal exercício. Então é possível afirmar que:

Num plano geral, podemos dizer que a tutoria tem sido realizada em condições de trabalho indesejáveis, precárias e com autonomia limitada. Os tempos e espaços da tutoria virtual indicam maior intensificação do trabalho pedagógico e desmantelamento da profissão docente. Esse quadro deprecia o tutor aos olhos dos outros educadores e, por equívoco, a docência-tutoria acaba sendo tratada como subcategoria da docência. (MILL, 2012, p. 282).

A partir das informações e dos estudos feitos na revisão bibliográfica sobre o assunto é possível afirmar que, a constatação é que não existem práticas de governo que sinalizem para a melhoria das condições de trabalho dos profissionais que atuam na Educação a Distância. Enquanto o Estado adotar uma postura de conivência com as políticas neoliberais verificar-se-á a ausência de ações que modifiquem a situação de precariedade na qual se encontram os profissionais da educação, em especial do tutor que trabalha na modalidade Educação a distância, objeto de estudo desta pesquisa.

Nesse sentido, o grande problema levantado pela pesquisa é que não existe um reconhecimento oficial da atividade de tutoria como uma profissão com características específicas, bem como uma definição de funções claras e uma legislação trabalhista que ampare o tutor. Tal fato é condizente sob nossa análise, com a precarização das condições de trabalho e, desse modo, corroboramos as considerações de Mill (2012, p.282) quando afirma que:

Acreditamos que, embora o tutor não seja o professor responsável pela disciplina, sua prática pedagógica constitui verdadeiramente uma atividade da categoria profissional docente. Até para não ser desvalorizada ou compreendida de forma equivocada, a tutoria precisa ser tratada como profissão, e o mais adequado, na nossa concepção, é entendê-la como profissão docente. Se a tutoria está incluída na categoria profissional do magistério, do ensinar, do manejo de turma, ela é profissão, embora não seja uma profissão autônoma. Apesar de a configuração atual da docência-tutoria contribuir para uma maior desregulação da já frágil profissão docente como categoria profissional, a tutoria é parte disso tudo que denominamos profissão docente.

A fim de elucidar mais o assunto e oferecer subsídios para aprofundar as reflexões é importante apresentar alguns elementos que circundam a atividade de tutoria, a saber: autonomia, controle e precarização do trabalho.

2.3 A prática da tutoria: reflexões sobre autonomia, controle e precarização do trabalho

É necessário um breve comentário acerca da profissionalização da atividade de tutoria. Até o momento, fizemos alusão ao tutor, nos referindo a uma função, pois, entendemos o movimento de profissionalização como sendo de natureza bastante complexa, uma vez que, de acordo com Veiga, Araújo e Kapuziniak (2005, p. 31): “A profissionalização não se resume à formação profissional, mas envolve alternativas que garantam melhores condições objetivas de trabalho e de atuação e que respeitem as práticas pedagógicas construídas ao longo da experiência profissional.”

Entendemos, portanto, que para que o tutor seja considerado como um profissional que, na Educação a Distância, realiza tarefas de caráter docente, mas não é um docente, é preciso uma legislação que ampare o trabalho desse tutor, afinal, ele é um dos responsáveis pela formação dos alunos e realiza a mediação de todos os conteúdos programáticos nos cursos ofertados na referida modalidade.

Há que se considerar, nesse contexto, que geralmente os cursos de graduação ofertados na modalidade EaD apresentam mais de uma disciplina por semestre letivo. No ensino presencial, as disciplinas são ministradas por professores diferentes e, também na EaD, cada disciplina tem um professor responsável por elaborar o material e estruturar o formato a ser trabalhado na disciplina. No entanto, os responsáveis por mediar os conteúdos das diferentes disciplinas são os tutores.

Se considerarmos que tal mediação consiste na ação que o tutor executa diretamente junto aos alunos, tal situação se torna cada vez mais complexa. Podemos enumerar várias dessas ações: motivar os alunos, sanar dúvidas dos conteúdos, corrigir atividades, informar os alunos sobre as diretrizes do curso, aplicar avaliações, corrigir avaliações, dentre outras. O fato é que essa mediação não se restringe a uma única disciplina, pelo contrário, a mediação é realizada concomitantemente em todas as disciplinas que, por ventura, componham a grade curricular do semestre letivo em vigor. Assim, o domínio do conteúdo, função esta de cunho docente, deve permear toda a atuação do tutor, que, por seu turno é considerado apenas um ‘apoio’ ao corpo docente (FERREIRA, 2009). Há que se acrescentar ao raciocínio o fato de que, além do domínio do conteúdo, o tutor deve possuir outras habilidades tais como o domínio de ferramentas tecnológicas e possuir os equipamentos para executá-las.

Diante do exposto acreditamos que ocorra, por assim dizer, uma ausência de delimitação para as funções do tutor que possam distanciar sua prática realizada no ambiente virtual da prática realizada por um docente no ensino presencial. Para explicarmos melhor nossa percepção, podemos utilizar como referência, a visão de Ferreira (2009, p.23) quando afirma que:

Esse profissional é responsável por apoiar, orientar e acompanhar o processo de construção de conhecimento do estudante na tutoria. Pelas singularidades e características ainda não estabelecidas no contexto da modalidade à distância, são diversificadas as funções do profissional tutor, além de indefinidos também o seu papel, atribuições e formação acadêmica.

O perfil do tutor apresentado pelo autor vai ao encontro de nosso entendimento, uma vez que concordamos com a afirmação de que:

Em programas de EaD on-line, a tutoria assume papel decisivo no processo de ensino-aprendizagem. Por meio do tutor, cria-se uma ponte de ligação entre os sistemas de aprendizagem interativa. Ao estudar o perfil desse novo educador, é necessário buscar construir também sua própria “identidade”: um profissional de educação multidisciplinar, comprometido pedagogicamente com o conhecimento, construção e reconstrução humanas dentro de um ambiente educativo não convencional – mediado por novas tecnologias e linguagens digitais. (FERREIRA, 2009, p. 159).

Assim, pode-se dizer que a tutoria constitui a representação de uma função com características condizentes com o perfil do trabalhador desejável ao sistema neoliberal capitalista, uma vez que os tutores devem ser trabalhadores multifuncionais e flexíveis que podem atuar somente atendendo a uma série de requisitos que vão desde a formação

acadêmica até a facilidade de acesso a toda e qualquer ferramenta de trabalho mais avançada e atual em termos tecnológicos. Nesse sentido, cabem as considerações de Mill et al. (2008, p.67) ao afirmarem que:

[...] a tutoria é uma categoria profissional ainda sem regulamentação, bastante explorados, sem vínculo empregatício e sem condições estruturais de trabalho. Há um engodo em perdurar no discurso do mercado, que argumenta que a tutoria é um trabalho com flexibilidade espaço-temporal, que pode ser executado concomitantemente a outras atividades profissionais e que não demanda tanto esforço do trabalhador.

A revisão bibliográfica nos oferece subsídios para afirmar que o tutor atua praticamente na informalidade, haja vista que não se enquadra na categoria de um professor, porém, existe uma linha muito tênue entre as funções desempenhadas por ambos. Além disso, pelo fato de ser bolsista não faz jus aos direitos inerentes ao exercício de uma função enquanto atividade laboral, o que evidencia a precarização em que desenvolve suas funções.

A educação formal exigida para que o tutor possa atuar corresponde a uma considerável formação dada à realidade educacional brasileira. Tal fato culmina com altos níveis de rotatividade dos tutores nos cursos nos quais atuam, haja vista o descompasso entre as exigências para atuar e a remuneração recebida.

Somado a isso temos o fato de que, normalmente muitos candidatos a tutores acreditam que o trabalho a ser realizado não requer dedicação e estudo e ao atuarem como tutores se deparam com uma realidade bastante diferente e acabam por ‘abandonar’ o ofício ou realizá-lo de forma inadequada.

Ao discorrer sobre tal situação Mill et al. (2008, p. 67) afirmam que:

[...] a tutoria parece ser uma função menos séria e importante em relação ao trabalho do professor, pois ela “não toma muito tempo”, é mal remunerada e ainda há menor cobrança por não exigir a presença do aluno. Entretanto, o discurso da flexibilidade, da autonomia e do trabalho fácil é, muitas vezes, enganoso e evidencia-se como sobrecarga de trabalho, com número elevado de alunos e demandas por conhecimentos/competências que ele ainda não domina. Há ainda a questão (da possibilidade) de controle excessivo do processo de produção e execução do trabalho.

Sobre esse aspecto um fato interessante que merece tratamento especial, diz respeito ao controle de trabalho ao qual o tutor encontra-se submetido. Tal controle, ‘exercido’ através dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), as salas de aula virtuais, locais onde são

realizados prioritariamente os processos de ensino aprendizagem, possibilita aos supervisores e coordenadores de tutoria o acesso ao tempo de permanência dos tutores no ‘ambiente de trabalho’(virtual) assim como a todas as comunicações realizadas com os alunos.

Acreditamos ser oportuno mencionar que esse controle de caráter toyotista aparece como elemento característico do padrão que caracteriza as relações entre capital e trabalho em tempos de reestruturação produtiva do capital⁹. Desse modo, ainda que o trabalho realizado pelo tutor se apresente caracteristicamente como flexível, por ter condições de ser realizado em horários e locais diversos e de acordo com a disponibilidade desse tutor, a autonomia desse trabalhador é bastante restrita e diz respeito tão somente à decisão da hora e local em que desenvolverá suas atividades de tutoria.

Desse fato decorre outro, já que normalmente os tutores não possuem a tutoria como fonte principal de renda e, como o tempo para realizar as atividades de tutoria é o único aspecto do trabalho que pode ‘controlar’, acaba por trabalhar nos finais de semana, nas madrugadas, enfim, no tempo que sua primeira fonte de renda lhe permitir, ou no tempo que ‘sobrar’ para a tutoria. Em outras palavras, o que descrevemos até aqui se refere a uma *contradição* entre o controle e a autonomia do processo de trabalho, já que o fato de poder realizar o seu trabalho no ambiente doméstico acaba por prejudicar seu lazer, seu tempo de convívio familiar, além de onerar seus gastos com aparatos tecnológicos que geralmente ficam rapidamente defasados, dentre outras consequências que precarizam ainda mais esse trabalho.

⁹ O toyotismo já foi abordado e detalhado em outros momentos neste trabalho.

3 A TUTORIA NO CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

As nuances que envolvem a Educação a distância são bastante peculiares e, ainda que as diretrizes para oferta dos cursos na modalidade EaD nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) sejam determinadas pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), cada instituição determinará as adequações necessárias ao projeto pedagógico de cada curso e, por conseguinte, as atividades desempenhadas pelos atores que nela atuam.

Para estudarmos o exercício da tutoria mais detalhadamente, escolhemos investigar um curso ofertado na modalidade EaD na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Trata-se do curso de Pedagogia a Distância. É importante informar que não é nossa intenção afirmar que o trabalho do tutor nesse contexto específico do Curso de Pedagogia a Distância seja precarizado ou não. Nossa proposta é analisar as respostas obtidas mediante a aplicação dos instrumentos de coleta de dados e fazer algumas inferências relacionadas às condições de trabalho do tutor, de modo geral.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), sua forma de implementação e diretrizes foram apresentados no tópico 2.1 desta dissertação. É importante lembrar que nesse sistema existe uma parceria entre o Governo Federal e as Instituições de Ensino Superior (IES) no tocante à oferta de cursos na modalidade Educação a Distância (EaD).

A Universidade Federal de Uberlândia participou do processo seletivo para escolha de pólos para oferta de cursos na modalidade a Distância, processo esse regido pelo Edital de 18 de outubro de 2006, tratando-se, pois, do segundo edital lançado pela UAB¹⁰.

No ano de 2008 a Universidade Federal de Uberlândia recebeu o credenciamento do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para ofertar cursos na modalidade EaD. No segundo semestre de 2009, após a aprovação do projeto pela UAB, especificamente em outubro desse ano, teve início o curso de Graduação em Pedagogia a Distância no âmbito do Sistema UAB sob a responsabilidade da Faculdade de Educação (Faced) da UFU. Tal curso foi estruturado em oito semestres e ofertou 410 vagas, distribuídas em cinco pólos¹¹. Esse curso foi a primeira experiência da Universidade Aberta do Brasil (UAB) após o curso piloto de

¹⁰ Em 2005 foi lançado um primeiro edital da UAB que permitiu a implantação da primeira etapa de rede de pólos de apoio presencial e de cursos ofertados na modalidade EaD nas universidades federais.

¹¹ Os pólos de apoio presencial são as unidades operacionais para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino superior no âmbito do Sistema UAB. Os pólos de apoio presencial do curso de Pedagogia a Distância são: Araxá (50 vagas), Carneirinho (60 vagas), Patos de Minas (100 vagas), Uberaba (100 vagas) e Uberlândia (100 vagas).

Administração cuja gestão ficou sob a responsabilidade da Faculdade de Gestão e Negócios (Fagen) da UFU¹². Vale mencionar que as diretrizes financeiras e acadêmicas do curso de Pedagogia a Distância são estabelecidas pela UAB. (ARRUDA, 2012).

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) defende o princípio da autonomia, que:

[...] tem possibilitado às instituições formadoras o desenvolvimento de ações administrativas e pedagógicas próprias, no que diz respeito: a) à flexibilização do cronograma; b) à inserção de outras atividades; c) à organização de encontros presenciais; d) à adoção de formas variadas de atendimento ao cursista; e) às formas de seleção e formação de tutores e f) às estratégias para resgatar os cursistas que abandonaram o curso. Enfim, às decisões que garantam a singularidade de cada instituição e, ao mesmo tempo, atendam às diretrizes definidas pelo MEC como referenciais de qualidade da EaD. (ARRUDA, 2012, p. 34).

No curso de Pedagogia a Distância da UFU, especialmente no que tange à tutoria – objeto deste estudo e que corresponde ao item (e) do trecho acima destacado, temos que, a seleção e formação de tutores foi realizada em duas fases. A primeira refere-se à chamada pública para participar de um processo seletivo simplificado. Nessa fase os currículos dos candidatos e a documentação são analisados de acordo com os critérios estabelecidos pelo curso. Após esta primeira fase, os candidatos que atendem às exigências devem passar para a segunda fase que corresponde a um curso de formação de tutores, voltado para a formação específica na EaD e para o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

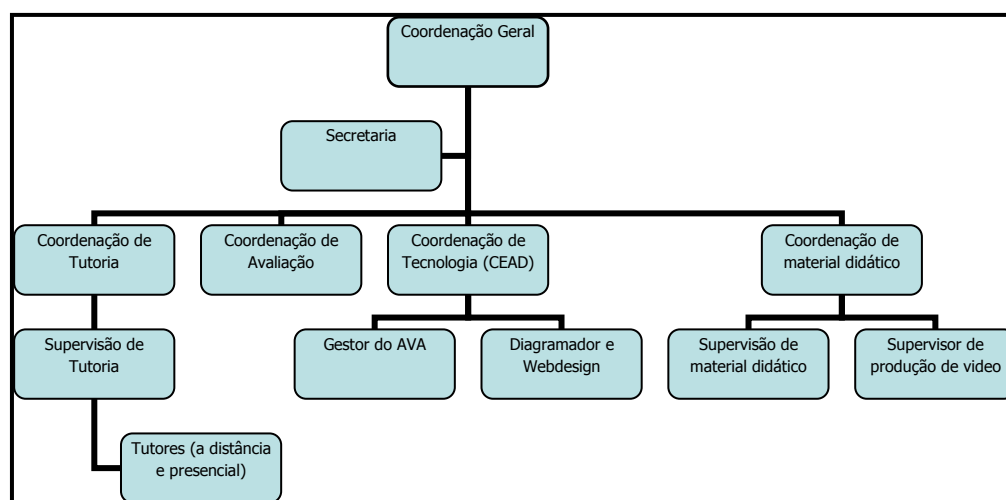
O primeiro curso de formação de tutores para atender a demanda do curso de Pedagogia a Distância foi realizado pela Universidade Federal de Uberlândia numa parceria entre o curso de Pedagogia e o Núcleo de Educação a Distância (NEAD)¹³. (ARRUDA, 2012). Nesse curso para formação de tutores o candidato tem contato com os conteúdos básicos da EaD, sobre o histórico, as concepções e práticas da modalidade e, ainda, no caso do curso de Pedagogia a Distância, uma parte específica direcionada para o projeto político pedagógico do curso. Assim, o candidato fica familiarizado com a dinâmica e objetivos do curso.

Para entendermos a dinâmica de trabalho no Curso de Pedagogia a distância, apresentamos o organograma do referido curso:

¹² O curso de Graduação em Administração a Distância da UFU foi um projeto piloto da UAB e desenvolvido em parceria com o Banco do Brasil. Tal curso foi coordenado pela Faculdade de Gestão e Negócios (Fagen) e esteve no âmbito da Diretoria de Ensino, ligada à Pró-Reitoria de Graduação.

¹³ O Núcleo de Educação a Distância passou a ter a denominação de Centro de Educação a Distância a partir do ano de 2010.

Figura 2 – Organograma do Curso de Pedagogia a distância



Fonte: dados fornecidos pela secretaria do curso

No organograma apresentado temos alguns níveis hierárquicos que são estabelecidos para a realização das atividades. O trabalho realizado pela Coordenação Geral do curso refere-se primordialmente à gestão administrativa e financeira e todos os procedimentos são acompanhados pela Secretaria. No segundo nível do organograma estão dispostas as coordenações do curso: tutoria, avaliação, tecnologia (CEAD) e de material didático. Em um nível abaixo das coordenações estão os cargos de supervisão de tutoria, gestor do AVA, diagramador e supervisão de material didático e vídeo. Cada um destes cargos encontram-se em relação direta com as coordenações responsáveis pelas suas funções. Os tutores a distância e presencial relacionam-se diretamente com a supervisão de tutoria, ou seja, as atividades dos tutores são monitoradas e acompanhadas proximamente pelos supervisores de tutoria que devem confeccionar relatórios mensais do desempenho dos tutores e acompanhamento das turmas. Tais relatórios são apresentados à coordenação de tutoria que, por sua vez, é responsável pela tomada de decisões relacionada à atuação dos tutores.

Na rotina de atividades dos tutores temos, além da correção de atividades, mediação dos fóruns, realização de chats etc, a correção das provas que são realizadas nos pólos. Desse modo, após a realização destas avaliações que, geralmente é acompanhada por tutores presenciais, as provas são digitalizadas por estagiários e repassadas aos tutores a distância.

Esta correção deve ocorrer num prazo de sete dias corridos após o recebimento das referidas provas.¹⁴

Quando selecionado para atuar no curso, o tutor que passou pelas duas fases de seleção, participará de reuniões periódicas presenciais (quinzenais) com a equipe de coordenação de tutoria e com os professores, denominados professores autores de cada uma das disciplinas ofertadas. Tais reuniões correspondem à formação continuada que tem o intuito de aprofundar os saberes dos tutores para o desenvolvimento de seu trabalho. (ARRUDA, 2012).

Desse modo os professores devem procurar nesses momentos, esclarecer as dúvidas dos tutores quanto ao conteúdo da disciplina, a fim de auxiliar em suas atividades, pois:

É importante lembrar que cabe ao tutor um papel de protagonismo nesta ação pedagógica, apesar dele não ser o autor do material e das atividades. Isso é possível e desejado devido ao fato de ser o tutor o profissional que fica na linha de frente entre o material e o aluno. A ação do tutor não se configura em uma execução mecânica daquilo que o professor autor planejou, mas é uma ação que dialoga e complementa o trabalho elaborado pelo autor. (ARRUDA, 2012, p. 91).

As reuniões entre a coordenação, os professores e os tutores merecem atenção e reflexão pelos motivos acima descritos e, ainda, pelo fato de que há também uma troca de informações entre estes. Explicando melhor: os tutores são os responsáveis pela mediação do conteúdo da disciplina e estão em contato direto com os alunos. São eles que vivenciam as dificuldades encontradas pelos alunos, e/ou conseguem avaliar se as atividades estão sendo eficientes no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) e/ou se estão atingindo os objetivos esperados. Em posse dessa vivência e informações, os tutores podem dialogar com os professores possibilitando reavaliar situações, atividades e buscar novos caminhos caso haja falhas ou ajustes necessários no processo de ensino aprendizagem. Em linhas gerais, ocorre entre professores e tutores, uma troca de saberes. É necessário considerar nesse contexto, que:

[...] essa mescla de saberes acaba por se constituir, no âmbito da relação professor autor/tutor, aquilo que é necessário saber para ensinar, tanto na mediação com o material didático e atividades elaboradas pelo professor quanto pela ação docente do tutor, pois os saberes dos professores são advindos dos saberes das disciplinas, dos saberes da formação profissional e dos saberes da experiência. (ARRUDA, 2012, p. 92).

¹⁴ Estes dados foram obtidos em documentos disponibilizados pela secretaria do curso via meio eletrônico(email).

Daí a necessidade de planejar e dimensionar a prática da tutoria assim como a formação de tutores, pois, o tutor tem funções, tarefas e responsabilidades que são de caráter didático e docente. Com isso, a formação dos tutores para a EaD deve direcionar a prática para um *novo olhar* sobre o aluno, sobre o material instrucional, sobre como compreender as dificuldades dos alunos, incentivar, orientar, acompanhar e avaliar todo o processo. É válido mencionar que, na EaD, as tecnologias da informação e comunicação são utilizadas como meios no processo de ensino-aprendizagem. E, sob a ótica de Martins:

As novas tecnologias devem fazer parte integrante da formação do educador devido à necessidade de se transpor as fronteiras do educar convencional. A questão que se põe atualmente na formação do docente tutor é como utilizar as tecnologias da forma mais proveitosa e educativa possível. (MARTINS, 2003, p. 161).

Apresentamos até aqui um panorama acerca do Curso de Pedagogia a Distância da Universidade Federal de Uberlândia e também os aspectos referentes à seleção e formação de tutores para atuar no referido curso. Lembramos que nosso objetivo é investigar o exercício da tutoria no contexto da EaD na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e saber se tal investigação pode permitir que afirmemos que as condições de trabalho do tutor, de modo geral sejam ou não precarizadas. Assim, apresentaremos nos próximos tópicos todos os caminhos percorridos para a realização da investigação.

3.1 O caminho metodológico e a apresentação dos resultados da pesquisa

A presente pesquisa no tocante a seus objetivos refere-se basicamente a uma pesquisa classificada como descritiva porque observa e descreve a realidade, ou seja, “[...] procura conhecer a realidade estudada, suas características, seus problemas. Pretende ‘descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade’”. (TRIVIÑOS apud ZANELLA 2006, p.100).

Nos procedimentos refere-se a uma pesquisa documental, tendo como definição o conceito de Godoy (1995) ao afirmar que nesse contexto, “[...] a palavra documentos deve ser entendida de uma forma ampla incluindo materiais escritos como jornais, revistas, livros, cartas; dados estatísticos e elementos iconográficos como fotos, imagens, filmes, etc.” (GODOY, 1985, p.58).

É, ainda, uma pesquisa de natureza qualitativa, pois, as pesquisas qualitativas: “[...] partem do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado.” (ALVES, MAZZOTTI, GEWANDSZNAJDER, 2001, p.131).

Constitui, também, ao final, uma pesquisa com realização em campo sobre as condições de trabalho do tutor no Curso de Pedagogia a Distância da Universidade Federal de Uberlândia e a percepção, ou não, dos tutores acerca do fato de que, as condições de trabalho do tutor podem levar à precarização do trabalho na EaD. É necessário mencionar que, buscamos também, nesse contexto, averiguar a opinião dos tutores sobre a caracterização da atividade de tutoria como prática docente.

Com base na revisão bibliográfica este estudo considera o tutor como ator da prática docente e entendemos que a inexistência da regulamentação da atividade de tutoria enquanto profissão seja um dos fatores que precariza a atividade de tutoria. Ressaltamos, contudo, que tratamos especialmente dos tutores que atuam no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Desse modo, tratam-se de tutores que são remunerados com bolsas de estudo e não possuem, pois, vínculo empregatício com a instituição pesquisada.

A escolha do Curso de Pedagogia a Distância deu-se pelo fato de se tratar de um curso estabelecido há mais tempo na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e, ainda, por ser considerado o primeiro do Sistema UAB. Para entendermos alguns aspectos relacionados às condições de atuação dos tutores no contexto apresentado, dois instrumentos de coleta de dados foram utilizados em dois momentos distintos.

Num primeiro momento o instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário. Tal questionário foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (CEP) e enviado para os tutores do Curso de Pedagogia a Distância da Universidade Federal de Uberlândia. A lista de e-mails dos tutores presenciais e a distância que atuam no curso de pedagogia a distância foi obtida junto à coordenação do referido curso após a apresentação de uma carta redigida e assinada pela autora da pesquisa e por sua orientadora. Em tal carta os objetivos da pesquisa foram apresentados e, sendo aprovada sua realização, procedeu-se ao envio dos questionários.

O *corpus* de pesquisa foi composto por 45 tutores (presenciais e a distância), número total de tutores que atuam e/ou atuaram no curso de Pedagogia a distância. Os dados provenientes desta pesquisa foram coletados entre 8 de julho de 2013 e 25 de setembro de 2013. O questionário composto por 10 questões, sendo 9 fechadas e uma aberta, foi enviado para os tutores do referido curso, por meio do *Google Drive*¹⁵. Dentre as questões, uma delas foi uma questão-convite, na qual a pesquisadora pergunta aos tutores sobre o interesse em participar de um grupo focal a ser formado posteriormente, constituindo um segundo momento da coleta de dados. As respostas a essa questão foram bem animadoras e vários tutores mostraram interesse em participar. Em números, 60% dos respondentes disseram que gostariam de participar e disponibilizaram e-mails e telefones para contato. Desse modo, um novo contato foi estabelecido por e-mail, primeiramente para perguntar sobre os horários e dias mais viáveis para que o grupo focal fosse formado.

Nas respostas a esse questionamento outras questões foram aparecendo com relação ao Grupo Focal: alguns tutores não sabiam ao certo o significado e o objetivo da realização do grupo e, assim, perguntaram sobre a dinâmica de tal grupo. Foram feitos os esclarecimentos necessários, com a afirmação de que, ninguém seria identificado¹⁶ para não haver nenhum ‘dano’, por assim dizer, aos participantes.

Ainda que os esclarecimentos fossem repassados aos participantes, alguns empecilhos surgiram no que diz respeito a um horário que fosse viável e comum para todos que manifestaram vontade em participar. Na impossibilidade de realização deste Grupo Focal, a autora utilizou uma segunda alternativa para enriquecer a coleta de dados: a entrevista semi-estruturada enviada por e-mail. A entrevista caracteriza-se como semi-estruturada porque oferece à pesquisadora a opção de recebimento das respostas e reenvio para as participantes no caso de existirem dúvidas quanto ao entendimento destas.

O critério utilizado para a seleção das tutoras que participariam da entrevista foi a escolha dentre aquelas respondentes que manifestaram interesse em participar do grupo focal.

¹⁵ O *Google Drive* corresponde a um serviço que possibilita a armazenagem de arquivos para serem acessados em qualquer lugar e, ainda, possibilita configurações e atualizações nos documentos e formulários enviados por e-mail.

¹⁶ Para a realização do Grupo Focal, é necessário que haja a gravação de áudio e vídeo, para que todos os aspectos relativos à postura, tom de voz, expressões etc, sejam documentados. Procuramos, no entanto, deixar claro que, depois da utilização do material, as gravações e filmagens seriam destruídas, visando preservar a imagem dos participantes, como também, por ser uma exigência do Comitê de Ética com Seres Humanos.

Dentre as 18 tutoras (60%) que se dispuseram a participar do Grupo Focal, 10 delas foram contatadas novamente.

A mensagem de e-mail enviada para estas 10 tutoras já trazia em seu corpo as questões da entrevista. Dentre as 10 tutoras, 4 se dispuseram a responder as questões da entrevista e as outras 6 não se manifestaram, nem mesmo respondendo ao e-mail enviado. As análises acerca das respostas obtidas serão apresentadas e brevemente analisadas nos tópicos a seguir.

3.2 Apresentação de dados e análise dos resultados da pesquisa

A análise da pesquisa aqui contemplada será realizada em dois tópicos, a saber: um tópico destinado à análise do primeiro instrumento de coleta de dados aplicado – o questionário e outro tópico destinado à análise do segundo instrumento de coleta de dados – a entrevista enviada e respondida por e-mail.

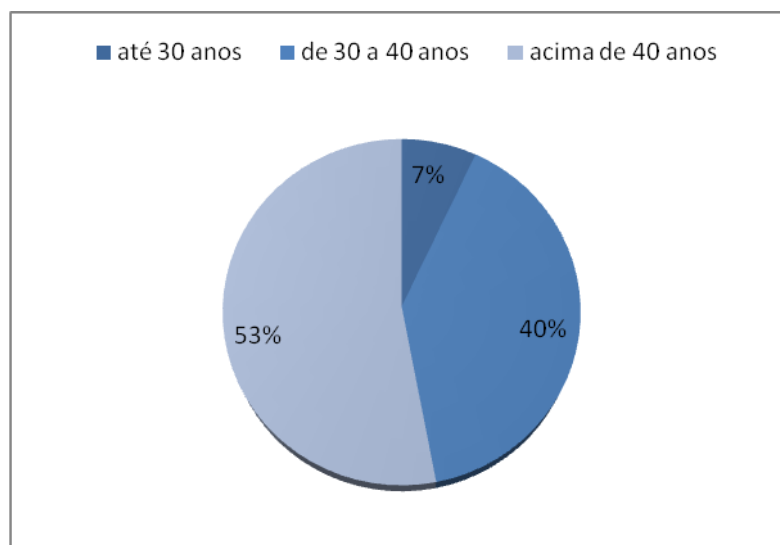
3.2.1 – A análise do questionário

O questionário, enviado via formulário do *Google Drive* e respondido por 30 participantes no período de 8 de julho a 25 de setembro de 2013, mostrou as características do corpo de tutores do Curso de Pedagogia a Distância da Universidade Federal de Uberlândia.

O questionário e as respostas obtidas serão apresentados, na íntegra, como apêndice 1 deste trabalho. É importante mencionar que os nomes das respondentes foram preservados e não revelados neste documento. Apresentamos na análise a seguir uma síntese das respostas obtidas.

De um modo geral, o grupo de tutores participantes (respondentes) da pesquisa tem o seguinte perfil: 100% (30 tutores) são do sexo feminino; 7% têm idade até 30 anos, 40% tem idade entre 30 e 40 anos e 53% acima de 40 anos, conforme ilustrado no gráfico:

Gráfico 1 – Perfil dos Tutores por idade



Fonte: dados da pesquisa

Ao analisarmos em conjunto o sexo e a idade das tutoras respondentes, podemos estabelecer algumas relações. Todas as respondentes da pesquisa são do sexo feminino e isso permite-nos inferir que o fato de poder conciliar a vida profissional com a vida familiar, acaba por atrair mais mulheres em idade acima dos 40 anos para a atividade de tutoria, que enxergam nessa atividade, talvez, uma forma de complementar sua renda e que, talvez tal tarefa possa ser realizada em diferentes ambientes, inclusive o doméstico.

A formação das tutoras está distribuída pelas áreas de conhecimento da seguinte forma: humanas (97%), exatas (0%), biológicas (0%), outras (3%). Observa-se, pois, uma concentração na área de humanas, provavelmente devido ao perfil do curso analisado: Pedagogia a Distância. Tal formação compreende os níveis: especialização (70%), mestrado completo (17%), mestrado em andamento (10%), doutorado completo (3%) doutorado em andamento (0%), sendo a maior concentração no primeiro dos níveis – especialização, conforme demonstrado na tabela 1:

Tabela 1 - Nível de Escolaridade dos Entrevistados

Nível de Escolaridade	Percentual
Especialização	70%
Mestrado completo	17%
Mestrado em andamento	10%
Doutorado completo	3%
Graduação	0%

Doutorado em andamento

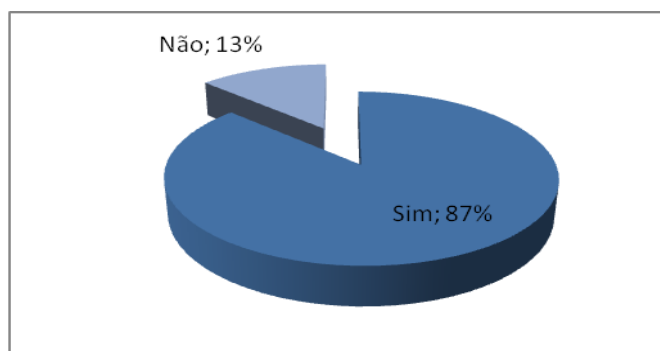
0%

Fonte: dados da pesquisa

Há que se ressaltar, nesse contexto, o fato de que de acordo com as exigências do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), para exercer a tutoria os tutores precisam preencher alguns requisitos mínimos: possuir graduação na área de atuação e estar vinculado a um programa de pós-graduação ou, ainda ter experiência docente. Desse modo, podemos considerar que o corpo de tutores do curso de Pedagogia a Distância da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) é bastante privilegiado. Temos 30% das tutoras com nível de pós-graduação *stricto sensu* e, 70% com nível de especialização *lato sensu*.

Para 87% das respondentes, a remuneração – bolsa, concedida aos tutores (R\$765,00/20 horas semanais) não corresponde à sua única fonte de renda. Em outras palavras apenas 4 tutoras, o que corresponde a 13% das respostas, não exerce outra atividade remunerada, além da tutoria, conforme pode ser verificado no gráfico 3.

Gráfico 2 - Tutores exercem outras atividades remuneradas

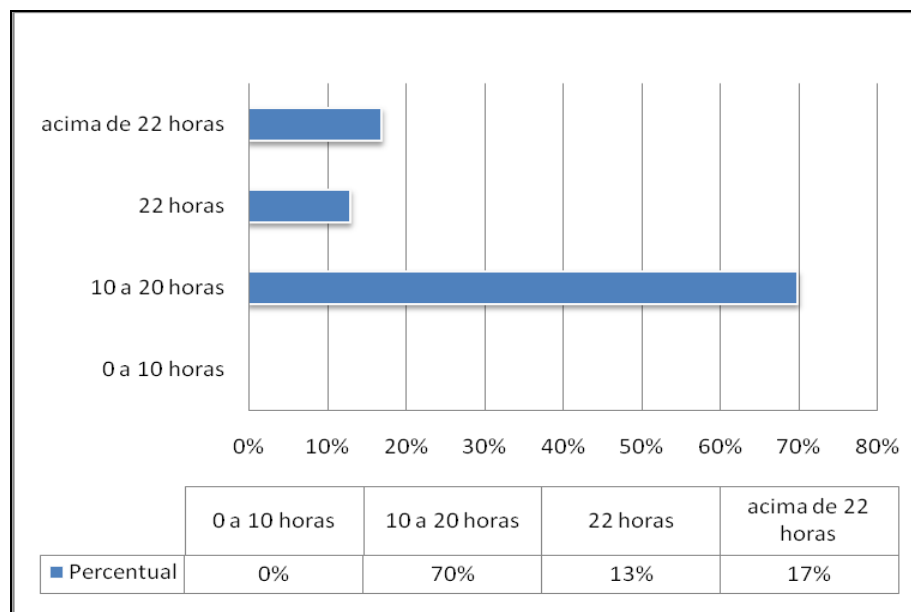


Fonte: dados da pesquisa

O tempo previsto para o exercício da tutoria é de 20 horas semanais. 70% das respondentes (vinte uma tutoras) disseram utilizar esse tempo para a atividade, enquanto que 13% (quatro tutoras) disseram utilizar 22 horas semanais e 17% (cinco tutoras) informaram outro número de horas não relatado, o que pode, inclusive, incluir o entendimento como sendo acima ou abaixo das 22 horas semanais. É importante dizer que um número inferior a 10 horas semanais de trabalho não foi citado na pesquisa, conforme demonstrado no gráfico 3. Esses resultados sugerem que o trabalho da tutoria pode tomar mais tempo que o previsto. Tal fato denota, segundo nosso entendimento, a precarização das condições de trabalho quando mensurada a diferença entre as horas de trabalho recomendadas e as de fato realizadas para a

atividade de tutoria. É possível que o tempo destinado ao lazer, ao convívio familiar, dentre outros estaria sendo utilizado no trabalho.

Gráfico 3 - Tempo destinado à atividade de tutoria

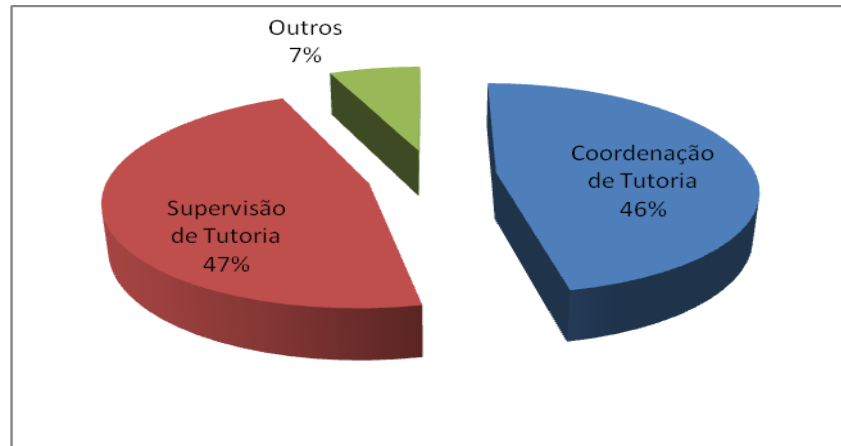


Fonte: dados da pesquisa

Quando analisamos em conjunto o tempo destinado à tutoria e a realização de outra atividade além da tutoria, podemos considerar que se a maior parte das respondentes exerce a atividade de tutoria como segunda opção, e/ou como opção que visa o complemento da renda, essa outra atividade geralmente ocupa o montante de 40 horas semanais de trabalho. Assim, a tutoria seria realizada em horários extras, que sobriariam durante o dia, após o cumprimento da jornada de trabalho da primeira atividade realizada por essas tutoras. Desse modo, algo que normalmente ocorre com a categoria docente no ensino presencial, ocorre com a atividade de tutoria na educação a distância. Seria grosso modo, comparar as atividades realizadas pelo docente fora da sala de aula, com as atividades realizadas na sala de aula virtual em horários adversos, tais como: após as 22:00h., nos finais de semana, feriados etc.

No tocante ao suporte dado à tutoria, as respostas foram equilibradas: 47% consideram que a supervisão de tutoria realize esse suporte e 47% consideram que tal função seja desempenhada pela coordenação de tutoria e, ainda, 7% consideram 'outros' como responsáveis pelo suporte, conforme pode ser observado no gráfico 4.

Gráfico 4 - Suporte dado à tutoria

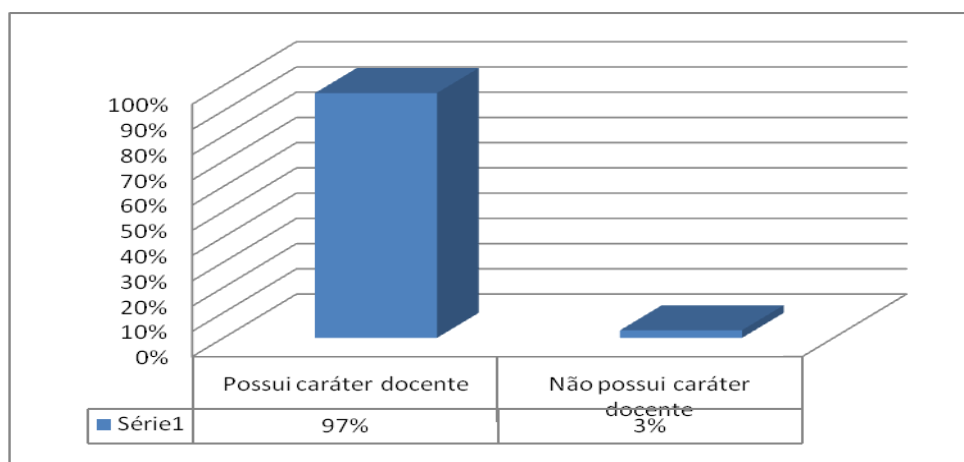


Fonte: dados da pesquisa

Quando questionadas sobre as demandas dos alunos, ou seja, quais os responsáveis por atender as demandas dos alunos, as respostas foram unânimes: 100% das tutoras responderam que as demandas dos alunos são majoritariamente atendidas pelos tutores.

A única questão aberta do instrumento de coleta de dados aplicado nesta pesquisa – o questionário, foi a seguinte: *Em sua opinião, as atividades exercidas pelos tutores são de caráter docente?* Mediante as respostas, podemos descrever o seguinte quadro: 97% das tutoras responderam afirmativamente, ou seja, que as atividades exercidas pelos tutores são atividades de caráter docente. Apenas 3% das tutoras, o que corresponde a uma respondente, disse que as atividades desempenhadas pelo tutor não são de caráter docente (ver gráfico 5).

Gráfico 5 - Atividade de Tutoria e a docência segundo a visão do tutor



Fonte: dados da pesquisa

Nessa questão, além de apresentar essa problemática da prática docente, era solicitado que cada respondente justificasse sua resposta. A natureza das justificativas foi basicamente centrada no processo de ensino-aprendizagem.

A questão anteriormente descrita merece atenção especial, pois busca averiguar a percepção que as tutoras têm acerca de suas atividades. De modo geral, o item mais mencionado nas respostas foi o processo de ensino-aprendizagem e as relações que envolvem tal processo, sejam essas relações cognitivas, reflexivas, pedagógicas, mediadoras, orientadoras, dentre outras. Para apresentarmos as respostas das tutoras, atribuímos letras às respondentes, utilizando uma ordem aleatória, pois, nem todas as respostas serão contempladas nesta análise.

O que mais aparece como atividade docente ‘incorporada’, por assim dizer, ao cotidiano do tutor diz respeito ao conteúdo trabalhado e ao domínio desse conteúdo. Isto por que tal domínio é requerido para que o tutor exerça suas funções a contento, como sanar dúvidas de atividades, corrigir atividades, exigência quanto ao cumprimento dos prazos e, assim por diante. Vejamos um fragmento da justificativa para a resposta afirmativa dada por uma tutora:

As ações realizadas pelos tutores vão além da correção de atividades, de avaliações ou de encaminhamento de dúvidas. Das ações exercidas, especialmente no Curso de Pedagogia a Distância podemos destacar que a docência se faz pelas relações propiciadas pelo contexto afetivo e emocional que é diretamente estabelecido entre tutor e aluno. (Tutora A).

Mais adiante, a mesma tutora continua sua explanação afirmando que:

Na dinâmica da interação entre aluno e professor a docência se faz presente também quando é necessário a nós, tutores, exercermos uma espécie de autoridade docente, cobrando do aluno o cumprimento de prazos, a observação em relação a possíveis cópias ou até mesmo quando procuramos orientar em relação à refacção de atividades que não configurem como reflexões críticas e/ou com embasamento teórico. Nessas ações quem dialoga diretamente com o aluno é o tutor e não o professor da disciplina. (Tutora A).

Esta resposta permite-nos analisar a questão da ressignificação do papel do professor na EaD. Enquanto que no ensino presencial essas atividades mencionadas pela ‘Tutora A’ são realizadas pelos professores, na Educação a Distância elas são exercidas pelos tutores. Tal fato reforça, ainda, a questão da polidocência, ou seja, na EaD, a docência é compartilhada especialmente entre professores e tutores.

Algumas tutoras apresentaram em suas respostas algumas semelhanças entre a tutoria realizada na EaD e a docência exercida no ensino presencial. Tal fato foi citado por mais de uma tutora. A seguir, um trecho da resposta da Tutora B sobre o caráter docente da atividade de tutoria: “Compreendo essa atividade como docente porque se assemelha muito com o trabalho desenvolvido pelos professores que lecionam na modalidade presencial.” (Tutora B).

E, ainda, temos a resposta da Tutora C: “Sim, pois os tutores realizam as atividades que são realizadas pelos professores nos cursos presenciais como exemplo: correção de atividades e provas e respostas de dúvidas.” (Tutora C). Tal informação é confirmada pelas atribuições dispostas no tópico deste trabalho que relata a rotina de trabalho dos tutores quando da apresentação do organograma do curso (vide págs. 43-44).

Temos ainda a resposta de outra tutora, a Tutora D que relata o seguinte: “Sim, as atividades desempenhadas pelos tutores possuem caráter docente visto que eles são os responsáveis por sanar as dúvidas dos alunos em relação ao material didático, orientar na realização das atividades, aplicar provas, fazer vista de prova, dentre outros”. (Tutora D).

Algumas respostas foram bastante curiosas e, ainda que as tutoras tenham respondido que consideram a atividade de tutoria como uma atividade de caráter docente, apresentaram nas justificativas argumentos que merecem reflexões. A seguir, descrevemos uma das respostas: “Sim. Em todo processo do curso exercemos a função **próxima** a docência, porque temos que pesquisar a respeito do conteúdo trabalhado, temos que avaliar, além de responder todas as dúvidas do aluno e isso exige muito estudo”. (Tutora E)

Podemos observar na resposta da Tutora E que ao mesmo tempo em que afirma ser a atividade de tutoria uma atividade de caráter docente, traz uma dúvida que se encontra ‘implícita’, ao colocar a palavra próxima, que destacamos em negrito. Essa dúvida segundo nosso entendimento seria proveniente do lugar, ou do não lugar, que o tutor ocupa na Educação a Distância. Em outras palavras: não sendo reconhecido como um docente na Educação a Distância, o tutor ficaria confuso quanto à sua real importância e significado de seu papel na EaD. Enquanto para os alunos ele representa o elo com a instituição, sua própria percepção acerca de sua condição leva-nos a afirmar que a sujeição a essa condição é determinada por fatores que estão muito distantes de sua capacidade de mudança. Tais fatores são de ordem política, institucional, cultural, dentre outros.

Vale esclarecer que embora tal questionamento não tenha constado da coleta de dados, muitas vezes dentro da própria instituição que o tutor atua existem preconceitos com relação à Educação a Distância, preconceitos estes que são atribuídos também, aos outros participantes da modalidade.

De posse dos dados coletados acreditamos que o fato das atribuições dos tutores serem atribuições de caráter docente somado ao fato de que os tutores não são reconhecidos legalmente como docentes, acabam por provocar no próprio tutor uma dúvida acerca do lugar que ocupa na EaD. Se exerce funções de caráter docente, se contribui para que o processo de ensino-aprendizagem se concretize, é no mínimo confuso, não ser considerado como docente. Vejamos a resposta da Tutora F: “Às vezes sim, uma vez que várias dúvidas são os tutores à distância que esclarecem e orientam os cursistas em casos emergentes, e os mesmos precisam estar afiados para esclarecer dúvidas prontamente.”

Mais uma vez fica explícita a confusão haja vista que quando a tutora responde ‘às vezes’, leva-nos a concluir que nem mesmo para ela sua função é clara, pois, as atividades que desempenha a distância são aquelas que o docente desempenha no ensino presencial, porém, sua resposta denota uma dúvida quanto a esse fato.

Outra resposta que consideramos curiosa e merece ser apresentada foi a resposta da Tutora G que, ainda que tenha respondido afirmativamente, em sua justificativa apresentou algumas ressalvas. Vejamos:

Sim (as atividades exercidas pelos tutores são de caráter docente), desde que o tutor seja habilitado na área e que tenha também, **experiência em docência**, que tenha habilidade como mediadora para as atividades, leituras e compreensões de textos expostos nos guias das disciplinas, porque os alunos apresentam dificuldades em ler e interpretar a linguagem exposta pelos professores da UFU. (Tutora G, grifo nosso).

A resposta acima traz diversos elementos que até então não tinham sido contemplados: entendemos tais elementos como ‘ressalvas’, pois, aparecem como elementos que condicionam a atividade de tutoria a uma experiência prévia em docência. É certo, como foi visto no capítulo 2 deste trabalho, que, uma formação específica é exigida para que o tutor possa atuar. Tal formação refere-se à graduação na área de atuação somada à experiência na docência ou especialização ou, ainda, estar vinculado a um programa de pós-graduação. A respondente aponta a necessidade da experiência do tutor com a docência, mas, se os tutores não são docentes, vale questionar até que ponto as semelhanças entre a docência realizada no ensino presencial contribuem para a atuação na Educação a Distância. Tal questionamento se

faz necessário para apontarmos a questão do descompasso entre o que é exigido para atuar na atividade de tutoria e a inexistência de um reconhecimento legal que ampare o trabalho do tutor.

É importante, neste contexto, apresentarmos a única resposta negativa ao questionamento feito acerca da prática docente exercida pelo tutor. Lembrando que a questão versava sobre as atividades exercidas pelo tutor e o caráter docente destas, passemos à apresentação da resposta da Tutora N: “Não. O professor define o conteúdo e a forma de trabalho. O tutor é um **apoio** ao aluno no curso.” (Tutora N, grifo nosso).

Ainda que a resposta da Tutora N tenha sido breve, revela segundo nosso entendimento, que a referida tutora considera que a prática docente somente é efetivada quando o conteúdo é elaborado e ministrado por uma mesma pessoa que seria o professor. Desse modo, vale dizer que a ideia da fragmentação do trabalho é bastante significativa na EaD e reconhecida por alguns tutores. A respondente analisa a prática docente sob a ótica da atuação num todo, ou seja, para ser docente é preciso definir o conteúdo e a forma de trabalhar com esse conteúdo e, não sendo o tutor o sujeito que realiza tais funções, ele não deve ser considerado ator da prática docente.

Neste ponto outra resposta foi da Tutora W que respondeu afirmativamente ao questionamento e utilizou os seguintes argumentos: “Sim. As atividades e provas são corrigidas e as dúvidas tiradas pelo tutor, além da chave de correção o tutor precisa ter conhecimento das disciplinas para fazer as correções e tirar as dúvidas que surgem.”

Ao analisarmos essa resposta da Tutora W percebemos o fato de que são necessárias várias habilidades para atuar como tutores, habilidades estas que vão além de um conhecimento superficial dos conteúdos da disciplina e que remetam o tutor à condição de mero auxiliar do docente. Quando no capítulo 2 deste trabalho apresentamos a questão da docência compartilhada que configura como prática na EaD, entendemos que compartilhar algo ou alguma coisa, neste caso, a docência, corresponde a estabelecer que, aqueles que ‘compartilham’ estejam no mesmo patamar de importância dentro do processo de ensino aprendizagem. E, assim sendo, reconhecemos como necessário enquadrar o tutor na categoria docente, para que seja reconhecido enquanto ator da referida prática.

3.2.2 A análise das entrevistas

A entrevista enviada por e-mail constitui o segundo instrumento de coleta de dados utilizado na presente pesquisa. A realização desta entrevista ocorreu em virtude da impossibilidade para realizar o Grupo focal, tal como explicado no tópico 3.1 deste capítulo.

A entrevista foi enviada para 10 tutoras do Curso de Pedagogia a Distância da Universidade Federal de Uberlândia no dia 23 de outubro de 2013 e, obteve resposta de 4 tutoras. As respostas, na íntegra, são apresentadas no Apêndice 2 deste trabalho.

O objetivo para a realização desta entrevista foi o enriquecimento dos dados até então obtidos com a aplicação dos questionários cuja análise foi apresentada no tópico 3.2.1. Podemos dizer que as respostas dadas às entrevistas acabaram por confirmar as opiniões aferidas com a aplicação do primeiro instrumento de coleta de dados. Para distinguir as tutoras, utilizamos as denominações: Tutora 1, Tutora 2, Tutora 3 e Tutora 4.

A primeira questão contemplada na entrevista versava sobre o horário utilizado pelas tutoras para realizarem a atividade de tutoria. Nas respostas todas as tutoras afirmaram que a tutoria é realizada em períodos alternativos, ou seja, provavelmente em períodos em que não estejam no trabalho. Essas respostas nos permitem reafirmar que a tutoria configura, na sua quase que totalidade, numa atividade extra para as pessoas que a realizam. Vejamos a resposta de uma tutora, a qual denominamos Tutora 3: “Como **não atuo somente na tutoria**, tento organizar o meu plano de trabalho, pela manhã das 07h00minhs às 10h00minhs e, no período da noite das 19h00minhs às 22h00minhs.” (grifo nosso)

Outra resposta permite-nos analisar a tutoria como sendo uma atividade cuja realização onera os gastos do trabalhador e afeta seu tempo de lazer: “Todos os dias da semana, geralmente acesso o ambiente no período da tarde e a noite; o trabalho é realizado em minha residência. Mesmo quando viajo não deixo de acessar.” (Tutora 1).

Com base em tal afirmação podemos ver que os finais de semana são dias normais de trabalho para aqueles que exercem a tutoria. A título de ilustração podemos comparar o trabalho do tutor com o trabalho de um docente que elabora provas, corrige provas e outras atividades em seu ambiente doméstico.

A segunda questão da entrevista teve como intuito saber se as tutoras consideram que a remuneração recebida pela tutoria seja compatível com as funções exercidas. Todas as 4 tutoras foram unânimes ao responder negativamente a essa questão, ou seja, nenhuma delas considera a bolsa de R\$ 765,00 recebida por 20 horas semanais de trabalho, como suficiente para o exercício da tutoria. Vejamos a resposta da Tutora 3:

A remuneração não é adequada, pois foi prevista para uma carga horária de 20 horas semanais, mas o trabalho de tutoria ultrapassa, e muito, chegando a uma carga até de 40 horas dependendo do tamanho da turma e das atividades que o professor atribui para a disciplina. Outro fator é a estrutura para a realização da atividade de tutoria, tais como: computador, impressora, *Internet*, energia elétrica, espaço físico que fica por conta do tutor e não da instituição, que normalmente possui um laboratório de informática, mas não comporta todos os tutores e alunos do curso. Tem também a questão do deslocamento para as reuniões presenciais que é custeado pelo tutor. Então, se formos somar todos os custos o salário do tutor fica muito abaixo dos R\$ 765,00 e ainda por ser bolsista o tutor não tem acerto e nem seguro desemprego.

Como podemos perceber existe a consciência acerca das condições de trabalho necessárias para o exercício da tutoria por parte da tutora que, inclusive, enumera vários fatores que correspondem a uma intensificação do trabalho e acabam precarizando as condições de realização deste. Os fatores apresentados são, na maioria, de ordem econômica, pois representam gastos não subsidiados e que estão diretamente relacionados às condições mínimas que devem ser respeitadas para que o tutor trabalhe de forma adequada. Tal situação é corroborada pela resposta da Tutora 4 quando afirma que “o pagamento não é condizente com a experiência profissional e formação que é exigida dos tutores nos editais de seleção. O trabalho exige formação, experiência, compromisso e responsabilidade, além de demandar tempo, portanto, não acho que a remuneração seja suficiente.”

Ao analisarmos essa resposta da Tutora 4 podemos atentar para o fato do descompasso que existe entre a formação exigida e o pagamento recebido pela atividade de tutoria. Os tutores devem possuir conhecimento técnico e do conteúdo das disciplinas, então são trabalhadores multifuncionais e flexíveis, haja vista a necessidade de atuarem em frentes diversas. Quanto à formação, não basta que tenham domínio das disciplinas, é necessário também que tenham domínio tecnológico para acompanhar os alunos no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que tal processo utiliza como meio as ferramentas tecnológicas. Geralmente essa parte fica na responsabilidade do tutor, ou seja, para atender os alunos é preciso estudo e equipamentos atualizados para navegar no ambiente virtual de aprendizagem (a sala de aula virtual).

Outra tutora, a Tutora 1, aponta outros aspectos que vão além das questões financeiras:

Não, pois sabemos que nossa carga horária ultrapassa às 20 horas semanais, temos que levar em consideração os gastos com *Internet*, energia e até mesmo com nossa saúde, já que passamos horas frente ao computador, o que acarreta problemas de visão, LER e inchaço nas pernas. Tem também o tempo que não é contabilizado com a grande carga de leitura dos materiais.

Ainda que não tenhamos apresentado ao longo deste trabalho, as questões relacionadas à saúde dos tutores, entendemos que estas são agravantes da situação de precariedade das condições de trabalho. Podemos somar a isso o fato de que não possuindo vínculo empregatício com a instituição na qual atua e, sendo um bolsista, portanto, sem carteira assinada e sem os direitos que envolvem uma relação de trabalho, eles não têm assistência médica alguma quando adoecem ou precisam se afastar da atividade.

Na terceira questão da entrevista o assunto abordado foi a docência compartilhada que caracteriza a Educação a Distância. Dentro dessa abordagem foi perguntado às tutoras se o tutor deveria ser ‘enquadrado’ na categoria docente e, ainda que justificassem sua resposta. Apresentaremos a seguir, as respostas de todas as tutoras, denominadas Tutora 1, Tutora 2, Tutora 3 e Tutora 4.

A meu ver, o tutor deveria sim ser enquadrado na categoria docente, pois realiza todas as funções docentes, dentre as quais podemos destacar: esclarecimento de dúvidas pelos fóruns de discussão na *Internet*, pelo telefone, participação em videoconferências; promover espaços de construção coletiva de conhecimento; participar dos processos avaliativos de ensino-aprendizagem, ou seja, o tutor tem um papel pedagógico e intelectual na EaD. (Tutora 1).

Sim. O tutor não elabora o material, mas exerce funções docentes. Ele tem que ter domínio do conteúdo, corrigir atividades e avaliações, tirar dúvidas dos alunos, dirigir *chats*, ajudar o aluno na construção do caminho, da direção de seu conhecimento. Acredito que existem dois tipos de professores na EaD. O professor conteudista que elabora o material e o professor tutor que acompanha os alunos durante todo o curso de EaD. O tutor deveria ser reconhecido e remunerado enquanto professor tutor e não somente tutor. (Tutora 2).

Sim, claro! Visto que o tutor realiza várias atividades docentes, tais como: mediação pedagógica, trabalhar o conteúdo das disciplinas através de *chats*, mediar fórum de discussão, dar suporte através do fórum de dúvidas, orientar na realização das atividades, manter o aluno informado sobre o curso/disciplina através do fórum de notícias, aplicar, corrigir e fazer vistas de provas, lançar notas, fazer relatórios de acompanhamento dos alunos (diário de classe) dentre outros. Cabe ressaltar que o tutor é considerado o principal elo de ligação do aluno com a instituição, então sem o trabalho do tutor haveria uma grande evasão de alunos, pois ele é a figura mais próxima do aluno. (Tutora 3).

Os papéis são diferentes, conforme descrito no site da CAPES/UAB. Mesmo que os editais exijam ou classifiquem melhor os formados em licenciatura, ou mesmo que pontuem a experiência docente, a função, as atribuições, são diferentes. O tutor é um mediador. Ou seja, ele conhece a área de conhecimento na qual atua, porém segue as orientações que são dadas pela Coordenação do Curso e pelos professores. O tutor não produz material didático, ementas de cursos e não determina métodos de avaliação, como é função do professor. (Tutora 4).

Mediante a apresentação das respostas das quatro tutoras entrevistadas podemos constatar que dentre elas apenas uma tutora não acha pertinente que o tutor seja enquadrado na categoria docente, enquanto que as justificativas das Tutoras 1, 2 e 3 que acreditam que o tutor deva ser enquadrado na categoria docente, estão embasadas no processo de ensino aprendizagem na sua totalidade, ou seja, consideram todas as etapas do processo realizadas pelo tutor como etapas inerentes à prática docente. Por outro lado, a Tutora 4 apresenta sua justificativa falando sobre a diferença de funções de tutores e professores, afirmando que o tutor é um mediador. Como argumento apresenta, ainda, o fato de que a produção do material didático e os métodos de avaliação são determinados pelos professores. Cabem, contudo, questionamentos sobre o fato de que: a mediação não é atividade docente? Fica aqui esta questão para reflexão e trabalhos futuros.

A quarta questão da entrevista foi elaborada com a apresentação de um fragmento de texto que deveria ser analisado pelas tutoras que deveriam responder concordando ou não e, ainda justificando a resposta. O fragmento de texto disponibilizado às entrevistadas foi o seguinte:

[...] a tutoria é uma categoria profissional ainda sem regulamentação, bastante explorados, sem vínculo empregatício e sem condições estruturais de trabalho. Há um engodo em perdurar no discurso do mercado, que argumenta que a tutoria é um trabalho com flexibilidade espaço-temporal, que pode ser executado concomitantemente a outras atividades profissionais e que não demanda tanto esforço do trabalhador. (MILL, SANTIAGO e VIANA, 2008, p. 67).

As quatro tutoras entrevistadas concordaram com o excerto acima. Segundo nosso entendimento, esse excerto consegue sintetizar as condições de trabalho dos tutores de modo geral, uma vez que abarca várias características da atividade que denotam a precariedade, como ausência de regulamentação, de vínculo empregatício, flexibilidade espaço-temporal ‘mascarada’ e atividade que pode ser exercida concomitantemente com outros trabalhos.

Se levarmos em consideração este último aspecto, a possibilidade de exercer a tutoria concomitantemente com outras atividades, podemos fazer uma série de inferências, principalmente com relação ao tempo de trabalho. Explicando melhor: nas entrevistas,

especialmente nas respostas dadas à primeira questão que abordava os horários destinados à tutoria, as tutoras responderam que, por exercerem outra atividade remunerada, priorizam essa atividade e exercem a tutoria em horários alternativos.

Há que se ressaltar, neste contexto, o fato de que ao mesmo tempo em que existe a possibilidade de exercer a tutoria em horários alternativos, o que corresponde à flexibilidade temporal, mencionada em outros momentos neste trabalho, esse tempo dedicado à tutoria corresponde a um tempo que sobra, a um tempo que significa muitas vezes uma renúncia aos horários de descanso, de lazer, de convívio familiar.

Uma das tutoras entrevistadas, ao elaborar sua justificativa para a quarta questão, coloca a seguinte frase, acerca da natureza do trabalho de tutoria: “A meu ver existe uma flexibilidade espacial, mas não temporal. Um tutor de graduação que exerce sua função de forma efetiva trabalha mais que 20 horas semanais em qualquer espaço que desejar.” (Tutora 2)

Já a Tutora 4 explica objetivamente a situação na qual o tutor se encontra: “Concordo que ainda está sem a devida regulamentação e vínculo empregatício. Estou me referindo ao trabalho na instituição federal, desconheço outras instituições. A flexibilidade espaço-temporal é restrita, pois existem responsabilidades, e a necessidade de acompanhamento é diário, é preciso se organizar e dispor das 20 horas para o exercício da tutoria.” (Tutora 4)

Estas colocações das tutoras 2 e 4 oferecem informações pertinentes, haja vista que, segundo o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), dentre as atribuições do tutor¹⁷ está o atendimento aos alunos num período de 24 horas e não é possível haver uma flexibilidade temporal de fato.

Outra questão que merece atenção no tratamento dos dados diz respeito ao local de trabalho. A tutoria a distância é exercida geralmente, ou majoritariamente, no ambiente doméstico. Os tutores utilizam seus computadores, suas conexões com a *Internet*, sua energia elétrica, enfim, toda a estrutura física para o exercício da tutoria é ‘financiada’ pelos próprios tutores e, isso não é mensurado a título de remuneração.

¹⁷ As atribuições do tutor foram descritas no capítulo 2 deste trabalho.

A última questão da entrevista contemplava as condições de trabalho do tutor e se tais condições são compatíveis com a importância das atividades de tutoria no contexto de ensino aprendizagem na EaD. Na questão apresentamos como condições de trabalho: recrutamento, contratação, remuneração, local de trabalho, reconhecimento da atividade etc. Vejamos a resposta da Tutora 1, para, em seguida passarmos à análise:

Não, mas infelizmente o trabalho do tutor está em uma posição muito inferior na hierarquia dos trabalhadores da EaD, na maioria das vezes não temos nosso trabalho reconhecido e nem valorizado pelos coordenadores da UAB e nem da própria instituição que trabalhamos. Para melhorar nossa condição de trabalho, em primeiro lugar teria que ter a importância do nosso trabalho valorizada e reconhecida pelos demais profissionais, pelos membros da UAB, alunos, enfim, pela sociedade em geral. Em segundo lugar o nosso trabalho deveria ser regulamentado pelas leis trabalhistas, sermos enquadrados na categoria docente e deixássemos de ser bolsistas e passássemos a ser assalariados, assim como os docentes. Deveríamos também receber os nossos instrumentos de trabalho, tais como computadores, *pendrives*, etc.

Como podemos constatar a Tutora 1 não considera adequadas as condições de trabalho, às quais o tutor encontra-se submetido. Vários elementos foram trazidos em sua resposta, tais como: a hierarquia existente na EaD, o reconhecimento e até mesmo os instrumentos de trabalho. Esses elementos permitem-nos considerar que a grande insatisfação dos tutores está na ausência de diretrizes adequadas para o exercício de sua função. Se pensarmos em questões tais como a autonomia para o exercício da tutoria, estaremos analisando um aspecto que não existe dentro da estrutura que se apresenta para o exercício da tutoria. Essa hierarquia, à qual a tutora se refere, vai ao encontro da ausência de autonomia, haja vista que a maioria das decisões tomada pelos tutores deve ser de conhecimento de seus superiores, para que possam ser efetivadas.

Ao mencionar a questão dos instrumentos de trabalho, a tutora refere-se à condição estrutural para o exercício da tutoria, condição esta não contemplada pelo Sistema UAB, quando das determinações das atividades de tutoria.

A Tutora 3 mencionou em sua resposta um fator que merece ser descrito haja vista a situação de ‘não lugar’ à qual o tutor está submetido, uma vez que para ela:

O tutor para atuar precisa possuir graduação e pós-graduação na área que for atuar e ainda curso de formação de tutoria. Para um profissional que já investiu tanto na sua carreira acredito que as condições de trabalho são muito precárias e para piorar a situação, o tutor não é considerado um profissional docente, por isso possui baixa autoestima, e se sente menosprezado porque não tem voz, não tem uma lei sequer que defenda seus direitos. Esses fatores refletem na qualidade dos cursos a distância devido à grande evasão de tutores e consequentemente de alunos.

A resposta transcrita acima traz aspectos já abordados em outros momentos nesta pesquisa, tais como, a formação necessária para que o tutor possa atuar e, a inexistência do reconhecimento da tutoria enquanto prática docente. Podemos perceber que, de fato, alguns tutores se reconhecem como docentes ainda que não haja um reconhecimento legal para isso.

Quanto à formação necessária, seja esta de graduação, pós-graduação e/ou experiência na docência, vamos nos ater à experiência docente, ou seja, se o tutor que atua como docente no ensino presencial e passa a atuar apenas como tutor na Educação a Distância, é considerado não-docente. Em outras palavras, aquela experiência adquirida como docente é subtraída ou sua condição desmerecida? Se existe docência compartilhada na Educação a Distância e, se o tutor é o principal ator responsável por ‘traduzir’ para os alunos, os objetivos pretendidos pelo docente que elabora o material, não considerá-lo como ‘docente de apoio’ seria negar a própria docência compartilhada.

Mas é importante considerarmos também, outro ponto de vista descrito pela Tutora 4, ao afirmar:

Penso de duas formas sobre a condição de trabalho.

Se pensar na questão trabalhista, não é adequado, conforme mencionado nas respostas acima. A formação para exercer a função de tutor é imprescindível, e não temos, sequer, acesso a pegar livros na biblioteca ou um cartão de identidade funcional [...]

[...] Se pensar na condição de trabalho como o ambiente virtual de aprendizagem (que na instituição onde trabalho é bem organizado e de fácil navegação - ambiente *Moodle*) e nas condições flexíveis espaço-temporais, de poder fazer o meu horário e não ter que me locomover, acho suficientes, e isto é fator fundamental para que eu deseje ser tutora, pois acredito e gosto de trabalhar na educação a distância.

Falta "espírito de corpo" nos profissionais que exercem a tutoria, e me incluo também, pois aceito as condições e não reclamo gosto do que faço e aceito as condições.

Ainda que a Tutora 4 reconheça que as condições de trabalho do tutor não são adequadas, ela levanta uma questão muito importante, qual seja a aceitação dessas condições de trabalho. Dessas colocações podemos extrair uma série de correlações entre a situação de precariedade em que se encontram os tutores de modo geral e a falta de iniciativas por parte destes na busca de um lugar enquanto ator da prática docente.

Com base na revisão bibliográfica e nos dados da pesquisa de campo entendemos que a tutoria corresponde a mais um ‘posto de trabalho’ no campo educacional, cujas condições de

trabalho são notadamente precárias. Dito de outro modo, o tutor é um trabalhador útil ao mercado, haja vista que existe no campo educacional, especialmente no nível superior, uma subordinação do processo educacional aos pré-requisitos do mercado que, por seu turno requerem uma minimização de custos e várias mudanças estruturais relacionadas ao currículo, ao espaço acadêmico etc. A minimização de custos tem como forte aliada a ausência de regulamentações e corrobora a condição e natureza precárias de trabalho dos tutores que atuam na Educação a Distância.

Precisamos esclarecer que ainda que compreendamos as razões que determinaram a existência da Educação a Distância, procuramos também levantar uma análise crítica acerca da referida modalidade, em especial do trabalho realizado pelo tutor. Posto isso, vale mencionar que, em face aos avanços percebidos na Educação a Distância, dificilmente teremos um movimento de retrocesso e, nesse ínterim, novas ocupações estão sendo criadas, ou melhor, surgem novos postos de trabalho no campo educacional e tais postos de trabalho são ocupados por trabalhadores que estão à deriva, quando se fala em condições ideais para que possam realizar a contento suas funções. São docentes, técnicos, tutores, todos exercendo funções importantes no processo de ensino-aprendizagem nos cursos superiores ofertados na modalidade a distância e que estão sujeitos à lógica do mercado capitalista que determina a reestruturação do campo educacional e precariza o trabalho em todos os níveis e modalidades.

O direcionamento das políticas educacionais que deveria pautar por promover condições mínimas de se garantir o acesso à Educação acaba por atender interesses de uma minoria, pois acompanha movimentos pendulares do poder, ou seja, são políticas de governo e não de Estado. Quando nos referimos à Educação a Distância, a restrição torna-se ainda maior. A impressão que temos é de que um modelo experimental foi criado e, apesar de experiências bem sucedidas com relação ao processo de ensino-aprendizagem da modalidade referida, ainda não existem meios mais efetivos para a consolidação dos investimentos e credibilidade necessários à plenitude da EaD e, evidentemente, de seus profissionais.

Assim, a existência de poucas ações de um Estado caracteristicamente neoliberal¹⁸, que atende majoritariamente aos interesses do mercado globalizado é gritante e necessita de uma reestruturação em termos políticos e estruturais quando se fala em Educação a distância, dada a magnitude que está alcançando a modalidade no país. Podemos dizer que a face

¹⁸ Segundo nosso entendimento, um Estado caracteristicamente neoliberal pode ser definido como aquele onde prevalecem os ditames do mercado, ou seja, predomina a lógica do capital e, as ações do Estado como garantia de educação pública, dentre outros, acabam, sendo minimizadas.

neoliberal desse Estado esquece o real teor da Educação a distância enquanto elemento que propicie a inclusão educacional de parcelas significativas da população brasileira.

Ao analisarmos a condição de trabalho do tutor, estamos a nosso ver, analisando uma parcela significativa dos atores que atuam na Educação a distância, parcela esta que pode representar o que venha a ser a precarização do trabalho. Perante isso seria até plausível afirmarmos que o tutor corresponde a uma categoria que, uma vez inserida na formação de pessoas e atuando mediante requisitos correspondentes aos requisitos docentes, engrossa a classe docente que vive em condições precárias de trabalho.

Em resumo, acreditamos na possibilidade de que a Educação a Distância seja consolidada como uma modalidade de educação ampla e de qualidade e que traga em seu bojo, características democráticas e inclusivas, porém, faz-se necessária a formulação de políticas efetivas para investimentos nessa modalidade educativa voltados para a formação, remuneração, uma legislação trabalhista adequada e que viabilize condições dignas de trabalho para todos os atores envolvidos na EaD.

Ainda de acordo com a revisão bibliográfica e os dados da pesquisa de campo é notório que existe um desconforto por parte dos tutores acerca das condições de trabalho que permeiam o exercício da tutoria. A maior parte dos participantes da pesquisa consegue entender suas atividades de tutoria como atividades docentes e citam exemplos para justificar tal entendimento. Demonstram indignação com relação ao fato de não serem enquadrados na categoria docente e, em vários momentos, mencionam a mediação realizada nos ambientes virtuais de aprendizagem, assim como a correção de provas e as respostas dadas para as dúvidas dos alunos.

Ora, todos os profissionais envolvidos na EaD, tutores ou não, foram ou são alunos de cursos presenciais e sabem definir o que seria a docência, compreendendo a semelhança entre esta e a prática realizada pelo tutor. Desse modo, a situação do tutor enquanto sujeito que, na Educação a Distância (EaD) ocupa um ‘não-lugar’ em termos de categoria profissional e possibilidades de uma construção de identidade é algo que merece tratamento especial pelo fato de se tratar de um trabalhador remunerado com bolsas de estudo e que participa de todas as etapas do processo de ensino-aprendizagem contemplado na formação dos alunos da EaD.

Ao mesmo tempo corresponde a um ator que compartilha a docência com outros atores, sendo que, ainda que tais atores não tenham suas atividades regulamentadas, podem

ser categorizados em termos profissionais, enquanto que os tutores não usufruem desta possibilidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado teve como objetivo geral investigar as condições de trabalho do tutor da EaD tendo escolhido para isto o Curso de Pedagogia a Distância da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Tal escolha deveu-se ao fato de que o curso em questão é considerado o primeiro, na instituição, a ser regulamentado nos moldes da Universidade Aberta do Brasil (UAB), embora seja válido mencionar que a primeira experiência na Educação a Distância da UFU foi no Curso Piloto de Administração a Distância oferecido pela Faculdade de Gestão e Negócios (Fagen/UFU).

A pesquisa buscou analisar as condições de trabalho que se estabelecem para o exercício da tutoria e a percepção dos tutores acerca da hipótese de que as atividades realizadas pelo tutor constituem uma prática com viés docente.

Se retomarmos a questão da docência enquanto categoria profissional, podemos aludir que além do tutor não pertencer a nenhuma categoria profissional, exerce sua função sob condições estruturais inadequadas, sem vínculo empregatício e nenhuma legislação que ampare tal função. E, ainda, se depara com discursos que tratam a sua função, indispensável no processo de ensino-aprendizagem da EaD como sendo de fácil execução. (MILL, 2008).

Ao responderem o questionário as participantes da pesquisa permitiram constatar que a percepção exposta na pesquisa está em conformidade com o pensamento daqueles que vivenciam a tutoria enquanto prática docente. Todas as justificativas das tutoras, pelo menos 99% destas, foram embasadas no processo de ensino-aprendizagem e nas formas de realização deste. As tutoras apontaram, na maioria dos depoimentos, a questão da formação, do conhecimento dos conteúdos ministrados nos cursos e, ainda do conhecimento tecnológico, para que a tutoria se efetive de forma satisfatória. Isso vai ao encontro do que se pretende num mercado neoliberal: exige-se uma formação ‘privilegiada’ e um trabalhador flexível e multifuncional.

Um fato interessante constatado no questionário, e reafirmado na entrevista, refere-se à atividade de tutoria tomada como segunda opção ou atividade que seria fonte ‘complementar’ de renda para a maioria das tutoras. Em outras palavras, 87% das tutoras exercem outras atividades além da tutoria e, tais atividades ocupam a maior parte do tempo de

seus trabalhos. Outro importante aspecto destacado pelas tutoras diz respeito à flexibilidade espaço-temporal. O que podemos deduzir é que todas, sem exceção, apesar de considerarem importante poder realizar o trabalho em locais diversos, questionam se, de fato, a flexibilidade de tempo exista, dados os compromissos a serem cumpridos em prazos pré-estabelecidos. Neste sentido vale retomar os escritos de Mill et al. que nos diz que: “[...] Há um engodo em perdurar no discurso do mercado, que argumenta que a tutoria é um trabalho com flexibilidade espaço-temporal, que pode ser executado concomitantemente com outras atividades profissionais e que não demanda tanto esforço do trabalhador.” (MILL et al. 2008, p.67).

Convém destacar a questão do controle e da autonomia apregoados pelo sistema toyotista e cujas características, principalmente no que concerne ao controle exercido na EaD acerca do trabalho do tutor, apresenta-se embasado na fragilidade do controle dos tempos de acesso e permanência no local de trabalho (Ambientes Virtuais de Aprendizagem/AVA). Existe uma carga horária de 20 horas semanais a ser cumprida pelos tutores para a realização de suas atividades e, tal carga horária é mensurada pelo tempo que o tutor permanece *online*.¹⁹ Essa mensuração não corresponde, na maioria das vezes, à aferição de um tempo real de trabalho do tutor, tempo este que pode ou não ultrapassar a carga horária determinada.

Desse modo, cabe mencionarmos que a tutoria corresponde a um ‘posto de trabalho’ inerente ao campo educacional que, segundo esta concepção, apresenta-se como função sujeita à precarização das condições de trabalho. Vale reiterar que o tutor é um trabalhador útil quando o que se busca é a minimização de custos, em particular na Educação a Distância. Cabe ressaltar o fato de que a remuneração do tutor realizada por meio de bolsa de estudos corresponde a pouco mais que um salário mínimo enquanto que as exigências para o exercício da tutoria são diversas.

Como foi possível observar com a revisão bibliográfica e com a pesquisa de campo, a ação docente do tutor merece destaque no contexto da Educação a Distância, em especial no curso de Pedagogia a Distância, onde foi realizado este estudo. Assim, é possível afirmar que a atuação do tutor é indispensável para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem.

Algumas dificuldades foram encontradas no decorrer do estudo e referem-se à obtenção de respostas para a pesquisa haja vista que, num primeiro momento, a autora

¹⁹ O tempo que o tutor permanece conectado ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

utilizaria o Grupo Focal como instrumento de coleta de dados complementar ao questionário e a falta de adesão das participantes a este inviabilizaram a sua realização. Entendemos que essa falta de adesão decorre, provavelmente, de dois aspectos: as tutoras não se sentiram ‘confortáveis’ para participar ou, então, pela falta de tempo para participarem.

É possível inferir, nesse sentido, que a ausência de respostas, por assim dizer, pode ser entendida como um incômodo sentido pelas tutoras quanto às condições adversas de trabalho a que os tutores encontram-se sujeitos, condições essas que não asseguram um entendimento da categoria enquanto profissão. Além disso, uma resistência advinda do medo de serem advertidas ou algo parecido pode ter contribuído para a não participação de algumas tutoras. Cabe ressaltar, contudo, que essa é uma percepção particular da autora da pesquisa e não foi em nenhum momento mencionada como justificativa por parte das participantes da pesquisa.

É válido dizer que em face aos avanços percebidos na Educação a Distância (EaD), dificilmente teremos um grande movimento de retrocesso e, nesse ínterim, novas demandas por novos trabalhadores estão sendo criadas e, os trabalhadores que respondem a estas demandas estão à deriva quando se trata de regulamentação e legislação trabalhista adequadas. A remuneração destes trabalhadores é feita por bolsas de estudos e corresponde a um valor que pouco ultrapassa o salário mínimo. Tal remuneração é determinada pela UAB que, como visto em momentos anteriores neste trabalho, trata-se de uma política pública cujo estudo merece ser ampliado e as investigações aprimoradas.

Quando salientamos a comparação entre o exercício da tutoria e a docência não temos dúvidas de que exista uma grande semelhança das atividades exercidas por ambos no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, a inexistência de uma categoria que ampare o tutor, acaba por atribuir a este, o *status* de um sujeito ‘sem lugar’ e sem o reconhecimento adequado na Educação a Distância.

A necessidade em regulamentar o exercício da tutoria é urgente e requer um cuidado especial, pois é preciso que o tutor seja reconhecido como professor tutor, como profissional que exerce a docência ainda que esta seja compartilhada com outros atores. Entendemos que este reconhecimento possibilitará a construção de uma representação perante a sociedade e, conseqüentemente, a construção de uma identidade. Afinal de contas, os tutores são trabalhadores imersos num universo acadêmico e que não tem sequer um vínculo com a instituição pública na qual trabalham.

Entendemos que este estudo representa um passo importante para a realização de estudos futuros e que as análises e inferências aqui apresentadas constituem uma fonte de informações que podem ser desdobradas sob outras perspectivas que envolvam a atividade de tutoria.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

ANTUNES, Ricardo; ALVES Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 18 jul. 2013.

ARRUDA, Eucídio Pimenta. **Educação a distância no Brasil: a pedagogia em foco**. Uberlândia: EDUFU, 2012.

BRASIL. **Histórico da Universidade Aberta do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ Universidade Aberta do Brasil, 2005. Disponível em: http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6:o-que-e&catid=6:sobre&Itemid=18>. Acesso em 24 mar. 2013.

_____. SEED/MEC. **Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação à distância, 2007. Disponível em: <http://www.educacaoeciberespaco.net/blog/?p=894>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

_____. **Resolução CD/FNDE nº 26, de 5 de junho de 2009**. Brasília: Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Universidade Aberta do Brasil. Disponível em: http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9&Itemid=21>. Acesso em: 10 mar. 2013.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>

CABANAS, Chao Inmaculada Maria; VILARINHO, Goulart Regina Lucia. **Educação a distância: Tutor, Professor ou Tutor-Professor**. Rio de Janeiro: E-TIC 5º ENCONTRO DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO. Universidade Estácio de Sá, 2007, p. 1-18.

COSTA, Celso José da. Modelos de Educação Superior a Distância e Implementação da Universidade Aberta do Brasil. **Revista Brasileira de Informática na Educação**. Volume 15 – Número 2 – Maio a Agosto de 2007.

FERREIRA, Zeila Miranda. **Prática pedagógica do professor-tutor em EaD no curso “Veredas – Formação Superior de Professores”**. 2009. 312 p. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo. 2009.

FIDALGO, Fernando; FIDALGO, Nara L. R.; NEVES, Inajara de Salles Viana.; PASCHOALINO, Jussara B. Q. **Educação a Distância: tão longe, tão perto**. Belo Horizonte: CAED/UFGM, 2012. 267 p.: il.

FRANÇA, Robson Luiz de. **Educação e trabalho** – políticas públicas e a formação para o trabalho. Campinas, SP: Alínea, 2010.

FRANÇA, Robson Luiz de et al. **Controle do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital**. Curitiba: Editora CRV, 2011, v.1. p.186.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n.3, p.20-29, mai./jun. 1995.

HYPÓLITO, A. M. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Campinas: Papirus, 1987.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão Incluyente e Inclusão Excludente. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luís. (Orgs). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas, SP: Autores Associados. 2005. Parte III, p. 77.

LAPA, Andrea; PRETTO, N. de L. Educação a distância e precarização do trabalho docente. **Aberto, Brasília** 23.84 (2010): 79-97.

LÉLIS, Ursula Adelaide de; SOUZA, Vilma Aparecida de. Precarização do Trabalho docente e gestão democrática da escola: antinomias que se entrecruzam no cotidiano escolar. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v.2. n.2 – jul/dez.2012.

LOMBARDI, José C. **Educação e Ensino em Marx e Engels**. Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Londrina, v. 2, n. 2, p. 20-42; ago. 2010.

LOMBARDI, José C.; Demerval Saviani; SANFELICE, José Luís. **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: HISTEDBR, Autores Associados, 2002.

LUCENA, Carlos. Mundialização, ciência e trabalho. In: LUCENA, Carlos. **Capitalismo, estado e educação**. Campinas, SP: Alínea, 2008.

LUCENA, Carlos et al. **Trabalho e Educação no século XXI: experiências internacionais**. São Paulo: Xamã, 2012. 231p.

MARTINS, O. B. Teoria e prática tutorial em educação a distância. **Educar**, Curitiba, n.21, p.153-171. 2003. Editora UFPR.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1982. v.1.

MILL, Daniel. **Docência Virtual: Uma visão crítica**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

MILL, Daniel; RIBEIRO, Luis Roberto de Camargo; OLIVEIRA, de Gomes Márcia Rozenfeld. **Polidocência na Educação a Distância: múltiplos enfoques**. São Carlos: EdUFSCar, 2010. 200p.

MILL, Daniel; SANTIAGO, Carla Ferreti; NEVES, Inajara de Salles Viana. Trabalho docente na Educação a distância: condições de trabalho e implicações trabalhistas. **Revista extraclasse**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p.56-73, fev. 2008.

OLIVEIRA, Dalila Andrade et al. **Transformações na Organização do Processo de Trabalho Docente e o Sofrimento do Professor**. Campinas/SP: Papirus, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico crítica**: primeiras aproximações. São Paulo: Autores Associados, 1994.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12 n. 34 jan./abr. 2007

VASOPOLLO, Luciano. **O Trabalho Atípico e a Precariedade**. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; ARAÚJO, José Carlos Souza; KAPUZINIAK, Célia. **Docência**: uma construção ético-profissional. Campinas, SP: Papirus, 2005.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia da Pesquisa**. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2006.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Questionário para Tutores do Curso de Pedagogia a Distância da Universidade Federal de Uberlândia

Saudações

O presente questionário destina-se à coleta de dados para uma pesquisa do Curso de Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (Faced/UFU). A dissertação tem como objeto de estudo a tutoria realizada nos cursos ofertados na modalidade a distância, em especial, do curso de Pedagogia a Distância. Vale mencionar que o presente trabalho já foi aprovado pelo Comitê de Ética estando, pois, em conformidade com os parâmetros solicitados. Contamos com sua participação no intuito de colaborar para a coleta de dados e posterior análise dos mesmos. Obrigada.

1) Idade *

- ☐ até 30 anos
- ☐ de 30 a 40 anos
- ☐ acima de 40 anos

2) Sexo *

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino

3) Escolaridade *

- ☐ Graduação
- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado em andamento
- ☐ Mestrado completo
- ☐ Doutorado em andamento
- ☐ Doutorado completo

4) Área de Formação *

- ☐ Humanas
- ☐ Exatas
- ☐ Biológicas
- ☐ Outro:

5) Atua ou atuou no Curso de Pedagogia a Distância da Universidade Federal de Uberlândia? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

6) Exerce alguma atividade remunerada além da tutoria? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

7) Dedica-se à tutoria durante quantas horas semanais? *

- ☐ 0 a 10 horas
- ☐ 10 a 20 horas
- ☐ 22 horas
- ☐ Outro:

8) O suporte dado à realização das atividades de tutoria é realizado em maior intensidade por: *

- ☐ Coordenação de Tutoria
- ☐ Supervisão de Tutoria
- ☐ Outro:

9) As demandas dos alunos são atendidas majoritariamente por: *

- ☐ Professores
- ☐ Tutores

10) Em sua opinião, as atividades exercidas pelos tutores são de caráter docente? Justifique. *

11) Visando dar continuidade a essa pesquisa, um Grupo Focal será formado. Você tem interesse em participar? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

12) Caso a resposta para a questão anterior for afirmativa, registre no espaço abaixo, seu e-mail e telefone para contato.

13) Nome:

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO TABULADO

Questionário para tutores (Responses)

1) Idade	2) Sexo	3) Escolaridade		4) Área de Formação	5) Atua ou atuou no Curso de Pedagogia a Distância da Universidade Federal de Uberlândia?	6) Exerce alguma atividade remunerada além da tutoria?	7) Dedica-se à tutoria durante quantas horas semanais?	8) O suporte dado à realização das atividades de tutoria é realizado em maior intensidade por:	9) As demandas dos alunos são atendidas majoritariamente por:	10) Em sua opinião, as atividades exercidas pelos tutores são de caráter docente? Justifique.	11) Visando dar continuidade a essa pesquisa, um Grupo Focal será formado. Você tem interesse em participar?
de 30 a 40 anos	Feminino	Especialização		Humanas	Não	Sim	mais de 22 horas	Supervisão de Tutoria	Tutores	Sim, as atividades desempenhadas pelos tutores possuem caráter docente visto que eles são os responsáveis por sanar as dúvidas dos alunos em relação ao material didático, orientar na realização das atividades, aplicar provas, fazer vista de prova, dentre outros.	Sim
de 30 a 40 anos	Feminino	Mestrado completo	Educação	Humanas	Não	Sim	10 a 20 horas	Coordenação de Tutoria	Tutores	Sim, porque os tutores são acompanhados o desenvolvimento pedagógico dos alunos orientando na realização e correção das atividades. Sendo assim, os tutores, muitas vezes, identificam as dificuldades e orientam os alunos com objetivo de saná-las. Compreendo essa atividade como docente porque se assemelha muito com o trabalho desenvolvido pelos professores que lecionam na modalidade presencial.	Sim

1) Idade	2) Sexo	3) Escolaridade		4) Área de Formação	5) Atua ou atuou no Curso de Pedagogia a Distância da Universidade Federal de Uberlândia?	6) Exerce alguma atividade remunerada além da tutoria?	7) Dedicar-se à tutoria durante quantas horas semanais?	8) O suporte dado à realização das atividades de tutoria é realizado em maior intensidade por:	9) As demandas dos alunos são atendidas majoritariamente por:	10) Em sua opinião, as atividades exercidas pelos tutores são de caráter docente? Justifique.	11) Visando dar continuidade a essa pesquisa, um Grupo Focal será formado. Você tem interesse em participar?
até 30 anos	Feminino	Especialização	Docência no Ensino Superior	Humanas	Sim	Sim	10 a 20 horas	Supervisão de Tutoria	Tutores	Sim, pois os tutores que auxiliam os alunos nas atividades, esclarecendo as dúvidas e explicando como deverão realizar as atividades. Corrigem as tarefas, são mediadores da aprendizagem.	Não
acima de 40 anos	Feminino	Especialização		Humanas	Sim	Sim	22 horas	Coordenação de Tutoria	Tutores	Sim, desde que o tutor seja habilitado na área e que tenha também experiência em docência, que também, tenha habilidade como mediadora para as atividades, leituras e compreensões de textos expostos nos guias das disciplinas, porque os alunos apresentam dificuldades em ler e interpretar a linguagem expostas pelos professores da UFU.	Sim
de 30 a 40 anos	Feminino	Especialização		Humanas	Sim	Sim	às vezes passa das 22 horas.	Supervisão de Tutoria	Tutores	Sim, pois estamos acompanhando os alunos, corrigindo atividades, provas e sempre respondendo dúvidas ou demais questionamentos.	Não
de 30 a 40 anos	Feminino	Especialização		Humanas	Não	Sim	mais de 22 horas	Supervisão de Tutoria	Tutores	Sim, as atividades desempenhadas pelos tutores possuem caráter docente visto que eles são os responsáveis por sanar as dúvidas dos alunos em relação ao material didático, orientar na realização das atividades, aplicar provas, fazer vista de prova, dentre outros.	Sim

1) Idade	2) Sexo	3) Escolaridade		4) Área de Formação	Pedagogia a Distância da Universidade Federal de Uberlândia?	6) Exerce alguma atividade remunerada além da tutoria?	7) Dedicar-se à tutoria durante quantas horas semanais?	8) A realização das atividades de tutoria é realizada em maior intensidade por:	9) As demandas dos alunos são atendidas majoritariamente por:	10) As atividades exercidas pelos tutores são de caráter docente? Justifique.	11) Essa pesquisa, um Grupo Focal será formado. Você tem interesse em participar?
de 30 a 40 anos	Feminino	Especialização		Humanas	Sim	Sim	10 a 20 horas	Supervisão de Tutoria	Tutores	Sim. Pois eles precisam atuar como docentes para que seus papéis sejam efetivamente cumpridos e os alunos tenham total acesso ao processo de ensino aprendizagem necessários às suas formações.	Sim
acima de 40 anos	Feminino	Especialização		Humanas	Sim	Sim	10 a 20 horas	Coordenação de Tutoria	Tutores	Sim, pois realizamos a docência	Não
de 30 a 40 anos	Feminino	Mestrado completo		Humanas	Sim	Sim	10 a 20 horas	Supervisão de Tutoria	Tutores	Sim, uma vez que mediamos as relações de ensino e aprendizagem.	Não
acima de 40 anos	Feminino	Especialização		Humanas	Sim	Sim	10 a 20 horas	Supervisão de Tutoria	Tutores	Sim, Porque os tutores o tempo todo fazem o trabalho de orientação, pesquisa, correção de trabalho e provas.	Sim
de 30 a 40 anos	Feminino	Mestrado completo		Humanas	Sim	Sim	10 a 20 horas	tutor presencial	Tutores	Sim, pois, a maioria das orientações e encaminhamentos é dada aos alunos pelos tutores.	Não
de 30 a 40 anos	Feminino	Especialização		Humanas	Não	Sim	10 a 20 horas	Supervisão de Tutoria	Tutores	Sim, pois o tutor exerce um apoio ao aluno que consiste em estimular a participação, o envolvimento, levá-lo a reflexões importantes sobre as abordagens e fazer a intervenção pedagógica, bem como os feedbacks em conformidade com as orientações dos professores.	Sim

1) Idade	2) Sexo	3) Escolaridade	4) Área de Formação	5) Atua ou atuou no Curso de Pedagogia a Distância da Universidade Federal de Uberlândia?	6) Exerce alguma atividade remunerada além da tutoria?	7) Dedicar-se à tutoria durante quantas horas semanais?	8) O suporte dado à realização das atividades de tutoria é realizado em maior intensidade por:	9) As demandas dos alunos são atendidas majoritariamente por:	10) Em sua opinião, as atividades exercidas pelos tutores são de caráter docente? Justifique.	11) Visando dar continuidade a essa pesquisa, um Grupo Focal será formado. Você tem interesse em participar?
acima de 40 anos	Feminino	Especialização	Humanas	Sim	Sim	10 a 20 horas	AMBOS	Tutores	restando e auxiliando a resolução de suas dificuldades. A formação dos Tutores ocorre através do trabalho e contato conjunto, com os Professores Formadores. Nestes contatos, os mesmos recebem o material didático da disciplina, estudam, preparando-se para as discussões. Eles obtêm esclarecimentos dos objetivos da disciplina, conteúdos e organização dos Módulos, assim como o mapeamento das atividades a serem aplicadas, compreendendo a condução do processo de desenvolvimento das aprendizagens no AVA. No caso de existirem dúvidas, os Tutores terão apoio, acionando no ambiente virtual a Coordenação e Tutoria do curso, eles poderão enviar emails internos e externos para o Professor Formador.	Sim
									Sim, minha experiência no ensino superior me proporcionou toda tranquilidade na atuação como tutora. E sempre nos dirigimos aos alunos como	

1) Idade	2) Sexo	3) Escolaridade		4) Área de Formação	Distância da Universidade Federal de Uberlândia?	6) Exerce alguma atividade remunerada além da tutoria?	7) Dedica-se à tutoria durante quantas horas semanais?	atividades de tutoria é realizado em maior intensidade por:	dos alunos são atendidas majoritariamente por:	exercidas pelos tutores são de caráter docente? Justifique.
acima de 40 anos	Feminino	Mestrado completo		Humanas	Sim	Não	10 a 20 horas	Coordenação de Tutoria	Tutores	A EaD é uma modalidade de ensino desafiadora e em processo de consolidação, nela, o Tutor a Distância está envolvido como superador entre aluno e conteúdo. Acompanha o professor nas ações pedagógicas planejadas, e os alunos no processo de aprendizagem. Acessando diariamente o AVA, por meio do envio de respostas às dúvidas existentes, verificação da interação nos Fóruns e chat. Faz-se como um agente fundamental, como um mediador, capaz de motivar as potencialidades submersas, propiciando o desdobramento das aprendizagens em questão. Já o Tutor Presencial incentiva, organiza, acolhe grupos de estudo nos Pólos, é uma ponte de apoio entre aluno, conteúdo e curso. É responsável por manter contato com os cursistas que estiverem ausentes, participar das avaliações e apresentações presenciais, ou, videoconferências. Deverá ainda, conhecer o cronograma das atividades propostas. Não. O professor define o conteúdo e a forma de trabalho. O tutor é um apoio ao aluno/curso.

1) Idade	2) Sexo	3) Escolaridade	4) Área de Formação	5) Atua ou atuou no Curso de Pedagogia a Distância da Universidade Federal de Uberlândia?	6) Exerce alguma atividade remunerada além da tutoria?	7) Dedicar-se à tutoria durante quantas horas semanais?	8) O suporte dado à realização das atividades de tutoria é realizado em maior intensidade por:	9) As demandas dos alunos são atendidas majoritariamente por:	10) Em sua opinião, as atividades exercidas pelos tutores são de caráter docente? Justifique.
									A EaD é uma modalidade de ensino desafiadora e em processo de consolidação, nela, o Tutor a Distância está envolvido como superador entre aluno e conteúdo. Acompanha o professor nas ações pedagógicas planejadas, e os alunos no processo de aprendizagem. Acessando diariamente o AVA, por meio do envio de respostas às dúvidas existentes, verificação da interação nos Fóruns e chat. Faz-se como um agente fundamental, como um mediador, capaz de motivar as potencialidades submersas, propiciando o desdobramento das aprendizagens em questão. Já o Tutor Presencial incentiva, organiza, acolhe grupos de estudo nos Pólos, é uma ponte de apoio entre aluno, conteúdo e curso. É responsável por

7	acima de 40 anos	Feminino	Especialização		Humanas	Sim	Sim	10 a 20 horas	AMBOS	Tutores	manter contato com os cursistas que estiverem ausentes, participar das avaliações e apresentações presenciais, ou, videoconferências. Deverá ainda, conhecer o cronograma das atividades propostas, informando aos Tutores a Distância, e Professores, todas as questões pedagógicas, referentes ao cursista, ajudando-o a planejar sua aprendizagem
---	------------------	----------	----------------	--	---------	-----	-----	---------------	-------	---------	--

1) Idade	2) Sexo	3) Escolaridade	4) Área de Formação	5) Atua ou atuou no Curso de Pedagogia a Distância da Universidade Federal de Uberlândia?	6) Exerce alguma atividade remunerada além da tutoria?	7) Dedica-se à tutoria durante quantas horas semanais?	8) O suporte dado à realização das atividades de tutoria é realizado em maior intensidade por:	9) As demandas dos alunos são atendidas majoritariamente por:	10) Em sua opinião, as atividades exercidas pelos tutores são de caráter docente? Justifique.
acima de 40 anos	Feminino	Especialização	Humanas	Sim	Sim	10 a 20 horas	AMBOS	Tutores	revidendo e auxiliando a resolução de suas dificuldades. A formação dos Tutores ocorre através do trabalho e contato conjunto, com os Professores Formadores. Nestes contatos, os mesmos recebem o material didático da disciplina, estudam, preparando-se para as discussões. Eles obtêm esclarecimentos dos objetivos da disciplina, conteúdos e organização dos Módulos, assim como o mapeamento das atividades a serem aplicadas, compreendendo a condução do processo de desenvolvimento das aprendizagens no AVA. No caso de existirem dúvidas, os Tutores terão apoio, acionando no ambiente virtual a Coordenação e Tutoria do curso, eles poderão enviar emails internos e externos para o Professor Formador.

acima de 40 anos	Feminino	Especialização		Humanas	Sim	Sim	10 a 20 horas	Coordenação de Tutoria	Tutores	Sim, minha experiência no ensino superior me proporcionou toda tranquilidade na atuação como tutora. E sempre nos dirigimos aos alunos como nossos alunos logo não deixamos de nos sentir professores apesar de não produzirmos o material de estudo.
1) Idade	2) Sexo	3) Escolaridade		4) Área de Formação	5) Atua ou atuou no Curso de Pedagogia a Distância da Universidade Federal de Uberlândia?	6) Exerce alguma atividade remunerada além da tutoria?	7) Dedica-se à tutoria durante quantas horas semanais?	8) O suporte dado à realização das atividades de tutoria é realizado em maior intensidade por:	9) As demandas dos alunos são atendidas majoritariamente por:	10) Em sua opinião, as atividades exercidas pelos tutores são de caráter docente? Justifique.
de 30 a 40 anos	Feminino	Especialização		Humanas	Sim	Sim	10 a 20 horas	Supervisão de Tutoria	Tutores	Sim. Pois eles precisam atuar como docentes para que seus papéis sejam efetivamente cumpridos e os alunos tenham total acesso ao processo de ensino aprendizagem necessários às suas formações.
acima de 40 anos	Feminino	Especialização		Humanas	Sim	Sim	10 a 20 horas	Coordenação de Tutoria	Tutores	Sim, pois realizamos a docencia
de 30 a 40 anos	Feminino	Mestrado completo		Humanas	Sim	Sim	10 a 20 horas	Supervisão de Tutoria	Tutores	Sim, uma vez que mediamos as relações de ensino e aprendizagem.
acima de 40 anos	Feminino	Especialização		Humanas	Sim	Sim	10 a 20 horas	Supervisão de Tutoria	Tutores	Sim, Porque os tutores o tempo todo fazem o trabalho de orientação, pesquisa, correção de trabalho e provas.
de 30 a 40 anos	Feminino	Mestrado completo		Humanas	Sim	Sim	10 a 20 horas	tutor presencial	Tutores	Sim, pois, a maioria das orientações e encaminhamentos é dada aos alunos pelos tutores.

de 30 a 40 anos	Feminino	Mestrado completo		Humanas	Sim	Sim	10 a 20 horas	Supervisão de Tutoria	Tutores	mediamos as relações de ensino e aprendizagem.
acima de 40 anos	Feminino	Especialização		Humanas	Sim	Sim	10 a 20 horas	Supervisão de Tutoria	Tutores	Sim, Porque os tutores o tempo todo fazem o trabalho de orientação, pesquisa, correção de trabalho e provas.
de 30 a 40 anos	Feminino	Mestrado completo		Humanas	Sim	Sim	10 a 20 horas	tutor presencial	Tutores	Sim, pois, a maioria das orientações e encaminhamentos é dada aos alunos pelos tutores.
de 30 a 40 anos	Feminino	Especialização		Humanas	Não	Sim	10 a 20 horas	Supervisão de Tutoria	Tutores	Sim, pois o tutor exerce um apoio ao aluno que consiste em estimular a participação, o envolvimento, levá-lo a reflexões importantes sobre as abordagens e fazer a intervenção pedagógica, bem como os feedbacks em conformidade com as orientações dos professores.
de 30 a 40 anos	Feminino	Mestrado em andamento		Humanas	Sim	Sim	22 horas	Coordenação de Tutoria	Tutores	Dúvidas relacionadas aos conteúdos trabalhados.
acima de 40 anos	Feminino	Doutorado completo		Biológicas e Humanas	Sim	Não	10 a 20 horas	Coordenação de Tutoria	Tutores	Os tutores, realmente, exercem a atividade de docência. Todo o contato com os alunos, presencialmente ou à distância, é, de fato, realizado pela tutoria.

1) Idade	2) Sexo	3) Escolaridade		4) Área de Formação	5) Atua ou atuou no Curso de Pedagogia a Distância da Universidade Federal de Uberlândia?	6) Exerce alguma atividade remunerada além da tutoria?	7) Dedica-se à tutoria durante quantas horas semanais?	8) O suporte dado à realização das atividades de tutoria é realizado em maior intensidade por:	9) As demandas dos alunos são atendidas majoritariamente por:	10) Em sua opinião, as atividades exercidas pelos tutores são de caráter docente? Justifique.
até 30 anos	Feminino	Especialização	Docência no Ensino Superior	Humanas	Sim	Sim	10 a 20 horas	Supervisão de Tutoria	Tutores	Sim, pois os tutores que auxiliam os alunos nas atividades, esclarecendo as dúvidas e explicando como deverão realizar as atividades. Corrigem as tarefas, são mediadores da aprendizagem.
acima de 40 anos	Feminino	Especialização		Humanas	Sim	Sim	22 horas	Coordenação de Tutoria	Tutores	Sim, desde que o tutor seja habilitado na área e que tenha também experiência em docência, que também, tenha habilidade como mediadora para as atividades, leituras e compreensões de textos expostos nos guias das disciplinas, porque os alunos apresentam dificuldades em ler e interpretar a linguagem expostas pelos professores da UFU.
de 30 a 40 anos	Feminino	Especialização		Humanas	Sim	Sim	às vezes passa das 22 horas.	Supervisão de Tutoria	Tutores	Sim, pois estamos acompanhando os alunos, corrigindo atividades, provas e sempre respondendo dúvidas ou demais questionamentos.

de 30 a 40 anos	Feminino	Especialização		Humanas	Não	Sim	mais de 22 horas	Supervisão de Tutoria	Tutores	Sim, as atividades desempenhadas pelos tutores possuem caráter docente visto que eles são os responsáveis por sanar as dúvidas dos alunos em relação ao material didático, orientar na realização das atividades, aplicar provas, fazer vista de prova, dentre outros.
de 30 a 40 anos	Feminino	Especialização		Humanas	Não	Sim	mais de 22 horas	Supervisão de Tutoria	Tutores	Sim, as atividades desempenhadas pelos tutores possuem caráter docente visto que eles são os responsáveis por sanar as dúvidas dos alunos em relação ao material didático, orientar na realização das atividades, aplicar provas, fazer vista de prova, dentre outros.
de 30 a 40 anos	Feminino	Mestrado completo	Educação	Humanas	Não	Sim	10 a 20 horas	Coordenação de Tutoria	Tutores	Sim, porque os tutores são acompanhados o desenvolvimento pedagógico dos alunos orientando na realização e correção das atividades. Sendo assim, os tutores, muitas vezes, identificam as dificuldades e orientam os alunos com objetivo de saná-las. Compreendo essa atividade como docente porque se assemelha muito com o trabalho desenvolvido pelos professores que lecionam na modalidade presencial.

APÊNDICE C – QUESTÕES DA ENTREVISTA

- 1) Em quais horários, locais e dias, a atividade de tutoria é frequentemente realizada por você? Explique/justifique sua resposta.
- 2) Você considera que a remuneração concedida ao tutor – R\$ 765,00/20 horas semanais de trabalho, seja compatível com as funções exercidas por este?
- 3) Na Educação a Distância a docência é compartilhada entre alguns atores. Dentre estes destacamos o tutor. Segundo seu entendimento é pertinente que o tutor seja ‘enquadrado’ na categoria docente? Justifique sua resposta.
- 4) Leia o fragmento de texto abaixo:

“... a tutoria é uma categoria profissional ainda sem regulamentação, bastante explorada, sem vínculo empregatício e sem condições estruturais de trabalho. Há um engodo em perdurar no discurso do mercado, que argumenta que a tutoria é um trabalho com flexibilidade espaço-temporal, que pode ser executado concomitantemente a outras atividades profissionais e que não demanda tanto esforço do trabalhador.” (MILL, 2008, p. 67).

Em quais aspectos você concorda com o autor, e, em quais aspectos você discorda?
Por quê?

- 5) Entendemos que, as condições de trabalho correspondem a todos os elementos que envolvem o exercício de uma função, desde o recrutamento, a contratação, remuneração, local de trabalho e, até mesmo o reconhecimento da atividade e de sua importância. Você acredita que as condições de trabalho do tutor são adequadas à importância do papel desempenhado por esse ator no processo de ensino-aprendizagem na Educação a Distância? Justifique.

APÊNDICE D – QUADRO DE RESPOSTAS DA ENTREVISTA

Perguntas	Tutora 1	Tutora 2	Tutora 3	Tutora 4
1) Em quais horários, locais e dias, a atividade de tutoria é frequentemente realizada por você? Explique/justifique sua resposta.	Todos os dias da semana, geralmente acesso o ambiente no período da tarde e a noite, o trabalho é realizado em minha residência. Mesmo quando viajo não deixo de acessar.	Todos os dias eu acesso o ambiente virtual em minha residência no período da tarde ou noite para realizar as atividades da tutoria. No período da manhã trabalho em uma escola da educação básica como supervisora e neste local não tenho tempo para exercer as funções da tutoria.	Como não atuo somente na tutoria, tento organizar o meu plano de trabalho, pela manhã das 7:00h às 10:00h e no período da noite das 19:00h às 22:00h.	Acesso o ambiente virtual todo dia, acho importante a presença do tutor. Trabalho geralmente à noite, por causa da disponibilidade de tempo ser maior nesse horário.
2) Você considera que a remuneração concedida ao tutor – R\$ 765,00/20 horas semanais de trabalho, seja compatível com as funções exercidas por este?	Não, pois sabemos que nossa carga horária ultrapassa as 20 horas semanais, temos que levar em consideração os gastos com <i>Internet</i> , energia e até mesmo com nossa saúde, já que passamos horas frente ao computador, o que acarreta problemas de visão, LER e inchaço nas pernas. Tem também o tempo que não é contabilizado com a grande carga de leitura dos materiais.	Não concordo. Em um curso de graduação na qual acompanhamos de 3 a 4 disciplinas concomitantemente e com uma extensa agenda de atividades quinzenal, somente 20 horas semanais não é o tempo suficiente para tirar dúvidas, dirigir <i>chats</i> , corrigir atividades e avaliações. Um tutor que se prepara, estuda todo o material antes do início da disciplina, que corrigi com critério e elabora um <i>feedback</i> personalizado, somente 20 horas de trabalho	A remuneração não é adequada pois foi prevista para uma carga horária de 20 horas semanais, mas o trabalho de tutoria ultrapassa e muito chegando a uma carga até de 40 horas dependendo do tamanho da turma e das atividades que o professor atribuiu para a disciplina. Outro fator é a estrutura para realização da atividade de tutoria, tais como: computador, impressora, <i>Internet</i> , energia elétrica, espaço físico. Que fica por conta do tutor e não da instituição, que	O pagamento não é condizente com a experiência profissional e formação que é exigida dos tutores nos editais de seleção. O trabalho exige formação, experiência, compromisso e responsabilidade, além de demandar tempo, portanto, não acho que a remuneração seja suficiente.

		não é o suficiente e uma bolsa de R\$ 765,00 não corresponde ao trabalho e empenho de um tutor. É um valor mínimo e absurdo que demonstra a precarização do trabalho do tutor, a falta de valorização desse profissional que está na “linha de frente” no trabalho nos cursos a distância.	normalmente possui um laboratório de informática, mas não comporta todos os tutores e alunos do curso. Tem também a questão do deslocamento para reuniões presenciais que são custeadas pelo tutor. Então se formos somar todos esses custos o salário do tutor fica muito abaixo dos R\$ 765,00 e ainda por ser bolsista o tutor não tem acerto e nem seguro desemprego.	
3) Na Educação a Distância a docência é compartilhada entre alguns atores. Dentre estes destacamos o tutor. Segundo seu entendimento é pertinente que o tutor seja ‘enquadrado’ na categoria docente? Justifique sua resposta.	A meu ver, o tutor deveria sim ser enquadrado na categoria docente, pois realiza todas as funções docentes, dentre as quais podemos destacar: Esclarecimento de dúvidas pelos fóruns de discussão na <i>Internet</i>, pelo telefone, participação em videoconferências; promover espaços de construção coletiva de conhecimento; participar dos processos avaliativos de ensino-aprendizagem, ou seja, o tutor tem um papel pedagógico e intelectual na	Sim. O tutor não elabora o material, mas exerce funções docentes. Ele tem que ter domínio do conteúdo, ele corrige atividades e avaliações, tira dúvidas dos alunos, dirige chats, ajuda o aluno na construção do caminho, da direção de seu conhecimento. Acredito que existe dois tipos de professores na EaD. O professor conteudista que elabora o material e o professor tutor que acompanha os alunos durante todo o curso de EaD. O tutor deveria ser reconhecido e	Sim, claro! Visto que o tutor realiza várias atividades docentes, tais como: mediação pedagógica, trabalhar o conteúdo das disciplinas através de <i>chats</i>, mediar fórum de discussão, dar suporte através do fórum de dúvidas, orientar na realização das atividades, manter o aluno informado sobre o curso/disciplina através do fórum de notícias, aplicar, corrigir e fazer vistas de provas, lançar notas, fazer relatórios de acompanhamento dos alunos (diário de classe) dentre	Os papéis são diferentes, conforme descrito no site da CAPES/UAB. Mesmo que os editais exijam ou classifiquem melhor os formados em licenciatura, ou mesmo que pontuem a experiência docente, a função, as atribuições, são diferentes. O tutor é um mediador. Ou seja, ele conhece a área de conhecimento na qual atua, porém segue as orientações que são dadas pela Coordenação do Curso e pelos professores. O tutor não produz material didático,

	EaD.	remunerado enquanto professor tutor e não somente tutor.	outros. Cabe ressaltar que o tutor é considerado o principal elo de ligação do aluno com a instituição, então sem o trabalho do tutor haveria uma grande evasão de alunos, pois ele é a figura mais próxima do aluno.	ementas de cursos e não determina métodos de avaliação, como é função do professor.
4) Leia o fragmento de texto abaixo: “...a tutoria é uma categoria profissional ainda sem regulamentação, bastante explorada, sem vínculo empregatício e sem condições estruturais de trabalho. Há um engodo em perdurar no discurso do mercado, que argumenta que a tutoria é um trabalho com flexibilidade espaço-temporal, que pode ser executado concomitantemente a outras atividades profissionais e que não demanda tanto esforço do trabalhador.” (MILL, 2008, p. 67). Em quais aspectos você concorda com o autor, e, em quais aspectos você discorda? Por quê	Concordo em todos os aspectos, somos uma categoria que não temos o nosso trabalho reconhecido e nem regulamentado, somos enquadrados como meros bolsistas, sem vínculos empregatícios. Há mesmo um discurso do mercado e por parte da sociedade que a tutoria não “demanda esforço do trabalhador, isso é um absurdo, pois mesmo a tal flexibilidade “espaço temporal”, pode até prejudicar ainda mais as nossas condições de trabalho, pois justamente por não ter hora e nem lugar para exercer a atividade, ficamos sobrecarregados e utilizamos muita das vezes o nosso tempo de lazer e descanso para exercer as atividades de	Concordo com o autor que o tutor é uma categoria profissional sem reconhecimento, sem regulamentação e sem vínculo empregatício. Um exemplo, nas apostilas dos cursos de pedagogia a distância aparece o nome da equipe técnica, dos coordenadores e dos estagiários, mas não pode aparecer o nome dos tutores, pois, segundo a coordenação pode parecer que existe algum vínculo com a instituição. Agora, paremos para pensar.... o tutor não tem vínculo? Não é ele que está todos os dias com os alunos, que corrige atividades e avaliações, que tira as dúvidas, isto é, ele está na “linha de frente” deste	Concordo com o autor no sentido de uma maior flexibilidade de espaço e tempo, pois o tutor pode planejar o seu trabalho em horários que lhe são mais adequados e o local pode ser em sua própria residência ou em outro local que tiver disponível. Discordo no sentido que o trabalho de tutoria não demanda tanto esforço, ele pode até ser executado concomitantemente a outras atividades, da mesma forma que um docente pode trabalhar em mais de uma instituição, o tutor também pode exercer outras funções, até porque, o salário que ele recebe não é suficiente para que ele possa se manter. Mas isso não significa que o	Concordo que ainda está sem a devida regulamentação e vínculo empregatício. Estou me referindo ao trabalho na instituição federal, desconheço em outras instituições. A flexibilidade espaço-temporal é restrita, pois existem responsabilidades, e a necessidade de acompanhamento é diário, é preciso se organizar e dispor das 20 horas para o exercício da função.

	tutoria.	trabalho. Ele deveria ter reconhecimento e total vínculo enquanto profissional docente da EaD. Não concordo em relação à segunda parte da fala do autor quando se refere à flexibilidade espaço-tempo do trabalho da tutoria. Sim, existe uma flexibilidade de trabalho, mas temporal? Será? Não são 20 horas de trabalho semanal exigidos pela UAB? A meu ver existe uma flexibilidade espacial, mas não temporal. Um tutor de graduação que exerce sua função de forma efetiva trabalha mais que 20 horas semanais em qualquer espaço que desejar. Ser tutor não é nada fácil, é preciso tempo para estudar, planejar suas atividades e exercê-la. Será que é mais fácil trabalhar na EaD porque se trabalha em casa? Será que esse discurso ainda convence? A meu ver não e todos os profissionais que trabalham com EaD de qualidade também sabem disso.	trabalho seja fácil, para que ele possa realizar um trabalho de qualidade irá trabalhar nos finais de semana e em horários que normalmente seriam de descanso, sacrificando um momento que estaria com a família ou que seria necessário para recompor as suas energias.	
--	----------	--	--	--

5) Entendemos que, as condições de trabalho correspondem a todos os elementos que envolvem o exercício de uma função, desde o recrutamento, a contratação, remuneração, local de trabalho e, até mesmo o reconhecimento da atividade e de sua importância. Você acredita que as condições de trabalho do tutor são adequadas à importância do papel desempenhado por este ator no processo de ensino-aprendizagem na Educação a Distância? Justifique.	Não, mas infelizmente o trabalho do tutor está em uma posição muito inferior na hierarquia dos trabalhadores da EaD, na maioria das vezes não temos nosso trabalho reconhecido e nem valorizado pelos coordenadores da UAB e nem da própria instituição que trabalhamos. Para melhorar nossa condição de trabalho, em primeiro lugar teria que ter a importância do nosso trabalho valorizada e reconhecida pelos demais profissionais, pelos membros da UAB, alunos, enfim, pela sociedade em geral. Em segundo lugar o nosso trabalho deveria ser regulamentado pelas leis trabalhistas, sermos enquadrados na categoria docente e deixássemos de ser bolsistas e passássemos a ser assalariados, assim como os docentes. Deveríamos também receber os nossos instrumentos de trabalho, tais como computadores, <i>pendrives</i>, etc	Não. O tutor é desvalorizado, recebe uma bolsa equivalente a um salário mínimo, não é reconhecido profissionalmente, seu nome não aparece na equipe que coordena, que administra e que trabalha em determinados cursos de EaD. Ele tem inúmeras funções, é responsável pelo aprendizado dos alunos, corrige atividades, avaliações, dirige <i>chats</i>, tira dúvidas de 3 a 4 disciplinas concomitantes para receber no final do mês uma mísera bolsa de R\$ 725,00. É um absurdo, um descaso. É desse jeito que o governo federal pretende levar educação a pessoas que residem nos locais mais distantes? Explorando o trabalho da tutoria?	O tutor para atuar precisa possuir graduação e pós-graduação na área que for atuar e ainda curso de formação de tutoria. Para um profissional que já investiu tanto na sua carreira acredito que as condições de trabalho são muito precárias e para piorar a situação, o tutor não é considerado um profissional docente, por isso possui baixa autoestima, e se sente menosprezado porque não tem voz, não tem uma lei sequer que defenda seus direitos. Esses fatores refletem na qualidade dos cursos a distância devido a grande evasão de tutores e consequentemente de alunos.	Penso de duas formas sobre a condição de trabalho. Se pensar na questão trabalhista, não é adequado, conforme mencionado nas respostas acima. A formação para exercer a função de tutor é imprescindível, e não temos, sequer, acesso a pegar livros na biblioteca ou um cartão de identidade funcional (veja a notícia: A Universidade Federal de Uberlândia (UFU) já começou a colocar em prática o projeto Identidade Funcional. A proposta contempla toda a comunidade acadêmica com crachás que identificam estudantes, professores, técnicos administrativos e também servidores aposentados que ainda desenvolvem atividades na instituição. Se pensar na condição de trabalho como o ambiente virtual de aprendizagem (que na instituição onde trabalho é bem organizado e de fácil navegação - ambiente <i>Moodle</i>) e nas condições
--	--	---	--	--

				flexíveis espaço-temporais, de poder fazer o meu horário e não ter que me locomover, acho suficientes, e isto é fator fundamental para que eu deseje ser tutora, pois acredito e gosto de trabalhar na educação a distância. Falta "espírito de corpo" nos profissionais que exercem a tutoria, e me incluo também, pois aceito as condições e não reclamo, gosto do que faço e aceito as condições.
--	--	--	--	--